

A Segurança dos Consumidores:
A Proteção Contra Serviços e Bens de Consumo “Perigosos”

Declaração de compromisso anti plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

*“ Uma coisa que podemos fazer é escolher
ver o mundo de um modo saudável.
Podemos escolher ver o mundo como um
lugar seguro com raros momentos de perigo,
ao invés de o ver como um lugar perigoso
com raros momentos de segurança. ”*

Deepak Chopra

AGRADECIMENTOS

À Doutora Ana Catarina Fonseca, Diretora de Serviços de Direito do Consumo da Direção-Geral do Consumidor, pela supervisão e o apoio.

Ao Professor Doutor Jorge Morais Carvalho pela orientação e apoio.

À família da DGC que sempre esteve presente para esclarecer quaisquer dúvidas que eu tivesse e que permitiram que a minha integração fosse fácil e agradável.

À minha família e amigos pela sua presença e apoio sempre constantes.

RESUMO

O presente relatório de estágio, sobre a Segurança dos Consumidores, espelha o percurso da minha aprendizagem sobre a matéria em si, e sobre a atuação das entidades que muito fazem para garantir a pretendida segurança nas relações de consumo.

O estágio baseou-se na aprendizagem dos aspetos teóricos e práticos do esforço da Direção-Geral do Consumidor (adiante DGC), em conjunto com outras entidades, para a redução ou mesmo a eliminação dos riscos causados por produtos e serviços disponibilizados nos mercados e acessíveis pelos consumidores.

Durante a fase de estágio beneficiei do apoio da minha supervisora na DGC, a Dra. Ana Catarina Fonseca e, durante a fase de escrita do presente relatório, pude contar sempre com o apoio do meu orientador, o Professor Doutor Jorge Morais Carvalho, sempre que eu precisasse de críticas construtivas.

A participação na criação de brochuras informativas sobre a segurança dos consumidores, e o estudo da legislação de referência utilizada pela DGC no seu trabalho diário, possibilitaram-me, efetivamente, alicerçar os meus princípios orientadores enquanto futura profissional, no que toca à importância da criação de entidades, não só privadas mas também públicas, cuja missão seja de garantir a proteção dos consumidores por via preventiva e informativa, e também por via reparadora.

O relatório permite ter uma noção da atuação da DGC na proteção da segurança e saúde dos consumidores, e permite que se conheçam, não só os pontos fulcrais da relação entre as entidades de defesa dos consumidores e os operadores económicos, como também o papel de cada um na identificação de produtos e serviços perigosos e na sua retirada do mercado ou recolha junto dos consumidores.

A última parte do presente relatório contém informações que permitem ter uma ideia da relevância que tem tido a matéria da segurança dos consumidores em Cabo Verde, através de uma breve comparação legislativa com Portugal.

Palavras-chave: Segurança; operadores económicos; produtos; serviços; entidades públicas.

ABSTRACT

The present report, about consumer's safety, shows the development of the knowledge on this particular subject and the actions carried out by entities that fight for the protection of consumer's rights.

The internship was based on the knowledge acquirement on the theoretical and practical aspects of the fight lead by the Direção Geral do Consumidor, together with other entities, towards the elimination or solely the reduction of risks caused by some products and services made available for the consumers or put on the market.

During the internship, I counted with the support of my supervisor in the DGC, Dr. Ana Catarina Fonseca and, for the writing of the report, I had the help of my thesis advisor, Dr. Jorge Morais Carvalho, whenever I needed constructive criticism.

My participation on the creation of the informative brochures about consumer's safety, and the study of the legislation used by the DGC on the daily work, enabled me, effectively, to consolidate my guiding principles as a future professional on the matters of the creation of entities, private and public, which aim to ensure the protection of consumers's rights, informing them of the possible risks or solving the already existing problems, removing dangerous products and services from the market.

The report clarifies the action of the DGC on the protection of consumer's safety, and enables some knowledge on the relations between the entities that work for the protection of the consumers and the market operators and on their work on identifying dangerous products and warning the consumers about it.

The final part of this report contains information that allows us to form an idea of the importance that consumer safety has had in Cape Verde, compared with the laws of Portugal on the matter.

Key-words: Safety; market operators; products; services; public entities.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito da fase não letiva do mestrado, para a obtenção do grau de mestre na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O estágio decorreu no período compreendido entre 1 de dezembro de 2014 e 15 de abril de 2015 no Departamento da segurança dos consumidores da DGC.

A DGC é um serviço da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Praça Duque de Saldanha, nº 31, 3º, 1069-013, Lisboa. Será apresentado, durante o presente relatório, um ponto dedicado somente à DGC, a sua missão como entidade criada para a defesa dos consumidores e as ações realizadas para alcançar tal objetivo.

Este relatório surge como suporte teórico do estágio. Tem como objetivo dar a conhecer ao leitor o local de estágio, assim como as atividades, neste âmbito, desenvolvidas, em tudo o que respeita à segurança dos consumidores.

Numa primeira fase, terei em consideração o enquadramento e o desenvolvimento histórico e jurídico da DGC, que é a principal entidade a atuar atualmente em Portugal para a defesa dos direitos dos consumidores, e para o que aqui interessa, para a defesa do direito à segurança dos consumidores. No entanto, a atividade de proteção dos consumidores exige a intervenção de mais entidades que, ao lado da DGC, se esforçam para alcançar o nível de segurança pretendido e exigido.

Numa segunda fase, entrarei na matéria concreta da segurança dos consumidores, no âmbito da qual se irão esclarecer os conceitos básicos que permitem uma compreensão profunda da questão dos riscos

a que estão expostos os consumidores que, diariamente estão em contacto com bens e serviços de origem e natureza diversas.

Nesta mesma fase do desenvolvimento da questão da segurança dos consumidores, tratarei de questões que se relacionam com as formas de comunicação do Estado Português com os restantes Estados-Membros da União Europeia na busca da garantia da segurança dos consumidores no Mercado Europeu, por via de sistemas de trocas de informações e também pela harmonização de normas nacionais e internacionais com o intuito de se cumprir os padrões gerais de segurança exigidos comunitária e universalmente.

Numa terceira fase, farei uma análise das ações levadas a cabo em conjunto pelas entidades responsáveis pela garantia da segurança dos consumidores nas suas relações com os operadores económicos, dando relevância às atividades preventivas e reparadoras de situações de risco que representam perigo para a saúde dos consumidores, especialmente os que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade.

Não posso deixar de referir que, ao longo dos pontos tratados vou fazendo referência às atividades realizadas por mim, na condição de estagiária, tendo em conta a área da segurança dos consumidores que se está a desenvolver em cada momento pois não pretendo apenas relatar o que fiz durante o estágio, mas também esclarecer porque é importante a perceção de alguns conceitos fulcrais que, no seu todo, compõem a matéria que desencadeou o meu interesse pela realização do presente estágio.

Por fim, por se tratar do país onde pretendo aplicar profissionalmente todo o conhecimento adquirido durante o estágio, farei uma breve comparação entre as leis Portuguesas e Cabo-verdianas que regulam a matéria da segurança dos consumidores e que têm por missão

A Segurança dos Consumidores:
A Proteção Contra Serviços e Bens de Consumo “Perigosos”

comum a proteção dos direitos dos consumidores em geral, mas para o que aqui interessa, dos seus direitos à saúde e segurança.

2. Apresentação da entidade acolhedora

2.1. Breve enquadramento histórico da Direção Geral do Consumidor (DGC)

Na sequência da criação, necessária, das primeiras associações¹ que visavam a defesa dos consumidores, surge em Portugal, no ano de 1983, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (ou INDC) que era regulado pela Lei nº 29/81, de 22 de agosto². Trata-se do primeiro diploma que apresentou o conceito de consumidor, os seus direitos e dos mecanismos para a prossecução da sua defesa. O consumidor era considerado, na referida lei: “todo aquele a quem sejam fornecidos bens ou serviços destinados ao seu uso privado, por pessoa singular ou coletiva que exerça, com carácter profissional, uma atividade económica”.

¹ As Associações de consumidores (que também englobam as cooperativas de consumo ou as estruturas de expressão sindical) são as formas encontradas pelos cidadãos para a defesa dos seus interesses específicos como consumidores, dotadas de personalidade jurídica e sem fins lucrativos, cujo objetivo é, principalmente, proteger os direitos dos consumidores em geral e dos seus associados em particular. As associações de consumidores podem ser de âmbito nacional, regional ou local, consoante a área a que circunscrevem a sua ação. Estas estruturas podem ser de âmbito genérico, se o seu fim é a tutela dos direitos dos consumidores em geral – é o caso da Associação Portuguesa para a defesa do Consumidor (DECO). São de interesse específico todas as associações de bens e serviços determinados, como acontece com a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL).

² Primeira Lei de Defesa do Consumidor, dando lugar posteriormente à Lei nº 24/96, de 31 de julho, que é a que está em vigor atualmente.

O INDC detinha personalidade jurídica e autonomia administrativa³ e tinha como atribuições as previstas no art. 15º, nº 3 da referida lei, nomeadamente:

- a) Estudar e promover formas de apoio técnico e financeiro às associações de defesa do consumidor;
- b) Estudar e propor ao Governo a definição de políticas de defesa do consumidor;
- c) Estabelecer contatos regulares com organismos similares e estrangeiros e promover ações comuns de defesa do consumidor, nomeadamente de formação e informação;
- d) Estudar e promover programas especiais de apoio aos consumidores mais desfavorecidos, designadamente os idosos, os deficientes e os economicamente débeis;
- e) Incentivar e propor medidas de formação e informação do consumidor;
- f) Impulsionar em geral a aplicação e o aprofundamento das medidas previstas na presente lei;
- g) Quaisquer outras que lhe viessem a ser cometidas por lei;

Nessa ordem, em 1993, ocorre a sucessão do INDC pelo Instituto do Consumidor (ou apenas IC) – pessoa coletiva pública dotada de autonomia administrativa e tutelada pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais⁴.

³ Lei nº 8/90, de 20 de fevereiro (**Bases da contabilidade pública**), explica o conceito de autonomia administrativa.

⁴ O IC assumiu um papel pioneiro na defesa dos consumidores na sociedade portuguesa, designadamente pelo trabalho desenvolvido na promoção dos seus direitos, no incremento do movimento associativo, no apoio ao acesso à justiça dos consumidores e à criação de mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos de consumo. Tais feitos foram possíveis pela atenção dada à proteção dos interesses dos consumidores nas novas formas de comercialização, pelo reforço do papel do consumidor enquanto elemento do mercado, pela integração da política de defesa do consumidor nas outras políticas e pela abordagem dos

O IC destinava-se a promover a política de salvaguarda dos direitos dos consumidores, bem como a coordenar e executar medidas tendentes à sua proteção, informação e educação e de apoio às organizações de consumidores.

O DL nº 195/93, de 24 de maio, que regulava o IC previa, no seu art. 2º, nº 2, as seguintes atribuições:

- a)** Colaborar na definição e execução da política de proteção do consumidor e à qualidade dos bens e serviços que lhe são fornecidos;
- b)** Zelar pelo respeito dos direitos do consumidor à saúde e segurança e à qualidade dos bens e serviços que lhe são fornecidos;
- c)** Prestar apoio às organizações de consumidores;
- d)** Promover a educação e formação do consumidor por sua iniciativa ou em conjunto com outras entidades públicas ou privadas;
- e)** Informar os consumidores sobre os direitos de que são titulares;
- f)** Acompanhar e divulgar a problemática da proteção do consumidor no plano comunitário e internacional;
- g)** Assegurar a articulação entre as várias entidades da Administração Pública que intervêm na área da defesa do consumidor;
- h)** Estabelecer contatos e participar regularmente nas atividades e ações comuns das entidades internacionais e estrangeiras relacionadas com o âmbito das suas atribuições e propor a celebração de acordos e convenções internacionais;

direitos dos consumidores portugueses enquanto direitos de cidadãos comunitários, contribuindo para a realização do Mercado Interno Europeu.

- i) Divulgar os sistemas de informação sobre produtos de consumo perigosos instituídos pela Comunidade Europeia ou por outras organizações internacionais.

Na sequência da reforma da Administração Pública, é extinto o IC e é criada em 2007 a Direção Geral do Consumidor (DGC), cuja missão era, em primeiro lugar, a de promover a articulação entre as entidades que participavam no “Sistema Nacional de Defesa do Consumidor”.

Na Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2006, de 21 de abril, o Governo deliberou que o IC fosse integrado na administração direta do Estado⁵ com a designação de Direção Geral do Consumidor, tendo o art. 14º da Lei orgânica do Ministério da Economia e da Inovação consagrado a sua existência.

A complexidade da política de defesa do consumidor tornou a missão do IC complementar ou paralela à missão de outros serviços, ocorrendo a sobreposição de funções. Procedeu-se então à sua extinção nos termos dos arts. 24º e 25º da Lei nº 4/2004, de 15 de janeiro (sobre a organização da administração direta do Estado), dando lugar à DGC, que é a instituição que, atualmente, procede às funções de defesa dos consumidores que cabiam ao IC.

2.2. Enquadramento político-jurídico da DGC

Em 2011 o Governo Português dirigiu um pedido de assistência financeira a entidades internacionais para garantir as condições de financiamento a Portugal e ao seu sistema financeiro.

⁵ Ver a Lei nº 4/2004, de 15 de janeiro.

Uma das medidas que foi adotada neste contexto, mais relacionada com a DGC, foi a criação do PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central – criado pelo XIX Governo Constitucional.

O PREMAC é regulado pelo DL nº 126-C/2011, de 29 de dezembro. Trata-se de uma medida absolutamente estruturante, por um lado, para o início de uma nova fase de reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar mais eficiente e racional na utilização dos recursos públicos e, por outro lado, para o cumprimento dos objetivos de redução da despesa pública.

Importava repensar e reorganizar a estrutura do Estado, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções, reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento. Com efeito, a concretização simultânea dos objetivos de racionalização das estruturas do Estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos era crucial no processo de modernização e de otimização do funcionamento da Administração Pública.

O PREMAC permitiu a integração num só departamento governamental de atribuições e competências, bem como de serviços, organismos e estruturas, anteriormente distribuídos por diversos ministérios e permitiu, ao nível da administração direta do Estado, a eliminação de duplicações desnecessárias e a extinção de serviços e organismos cuja existência se revelou desnecessária ou redundante no âmbito do modelo organizativo do Ministério da Economia e do Emprego ou que a experiência revelou não serem os mais adequados à prossecução dos objetivos que ditaram a respetiva criação.

Neste contexto a DGC passou a exercer competências que antes pertenciam a outros serviços, extintos com o PREMAC. O art. 4º, al. e) do DL nº 126-C/2011, situou a DGC na categoria dos serviços centrais que integram, como já foi dito, a administração direta do Estado.

No seu art. 2º, al. m) prevê-se a promoção dos direitos dos consumidores como uma das missões do Ministério da Economia e do Emprego.

Ainda no mesmo diploma, o art. 13º prevê as competências da DGC no âmbito da nova organização da Administração Pública.

Atualmente, e na sequência do PREMAC, foi determinada a reestruturação da DGC, reforçando as suas atribuições em matéria de segurança geral de produtos e serviços destinados aos consumidores e em matéria de publicidade, sucedendo nas atribuições da Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo e da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade.

O Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril, salienta a atuação da DGC na prossecução da defesa dos consumidores, através do aprofundamento do quadro legislativo, da informação e da formação dos consumidores e da promoção do acesso à justiça; através do apoio a mecanismos extrajudiciais de resolução dos litígios de consumo; e através da representação dos direitos e interesses dos consumidores junto das entidades reguladoras e de controlo do mercado que integram o sistema de defesa do consumidor.

O art. 1º do referido Decreto Regulamentar descreve a DGC como um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. A DGC detém personalidade jurídica, não detendo, no entanto, autonomia financeira - dependendo assim, de receitas do Estado para prosseguir com as suas atribuições⁶.

⁶ Art. 7º do Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril:

(Receitas).

“1. A DGC dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado”.

(...).

Com o intuito de contribuir para a elaboração, definição e execução da política de defesa do consumidor e de assegurar a este o mais elevado nível de proteção⁷, a DGC prossegue as atribuições previstas no art. 2º, nº2, als. a) a r) e nºs 3 a 6 do referido Decreto Regulamentar.

Relativamente à última das atribuições alistadas no art. 2º, que estabelece a legitimidade processual da DGC, encontra reforço no art. 13º, al. c) da Lei de Defesa do Consumidor (ou LDC) sobre a legitimidade ativa.

A referida lei determina expressamente que a DGC tem legitimidade para intentar ações para a defesa dos direitos dos consumidores, quando estão em causa violações dos seus interesses (coletivos ou difusos, individuais ou homogêneos).

Uma outra forma de justiça, mais acessível e célere para os consumidores, incorpora a criação de Centros de Arbitragem⁸ pelos

⁷ Art. 21º da LDC.

⁸ Neste momento existem sete centros de arbitragem para resolução de conflitos na área do consumo: seis com competência territorial delimitada e um que funciona supletivamente em todo o território nacional, nas zonas não abrangidas pelos restantes Centros de Arbitragem.

São eles:

O Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra - CACCDG;

O Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa – CACCL;

O Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave/Tribunal Arbitral – CACCVA;

O Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto - Tribunal Arbitral de Consumo – CICAP;

O Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo do Algarve – CIMAAL;

O Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (Tribunal Arbitral de Consumo) – CIAB;

O Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo – CNIACC*.

“Os conflitos de consumo decorrem da aquisição de bens ou de serviços por um consumidor e por isso destinam-se a um uso não profissional. Os bens e os serviços podem ser fornecidos e proporcionados por pessoa singular ou coletiva, no exercício da respetiva atividade económica,

órgãos e departamentos da Administração Pública, com o objetivo de dirimir conflitos de consumo por meios extrajudiciais. Nestes casos a DGC também estabelece relações com tais centros de resolução de conflitos, facilitando o contato dos consumidores com os meios extrajudiciais.

2.3. A contribuição da DGC para os progressos alcançados na matéria da defesa dos consumidores

As ações levadas a cabo pela DGC, para a efetivação da política de defesa do consumidor, permitiram assegurar um nível de proteção mais elevado, designadamente:

- Por meio da dinamização do sistema de defesa do consumidor e da coordenação das atividades neste sistema, através do acompanhamento da atividade das associações de consumidores, dos centros de arbitragem de conflitos de consumo, de outros mecanismos extrajudiciais de resolução destes litígios e dos centros de informação autárquica.
- Por meio de uma mais ampla e transparente distribuição de informações sobre produtos colocados no mercado, permitindo

através da qual visa a obtenção de lucros. Reunidos estes requisitos, e estando em colisão os direitos e interesses das partes, estar-se-á perante um conflito de consumo”.

**“O Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo (CNIACC) tem como objetivo o acompanhamento de conflitos de consumo, através de informação, mediação e arbitragem, atuando em todo o território nacional nas zonas não abrangidas por outras entidades competentes para a resolução extrajudicial do litígio”.*

“A mediação constitui o meio preferencial para a resolução dos conflitos, consistindo no procedimento através do qual o mediador intervém de forma imparcial no sentido de promover o acordo entre as partes em conflito”.

evitar a colocação em risco da saúde e do bem-estar dos consumidores.

- Por meio, também, da dinamização da transposição da legislação europeia, sendo o ponto de contato do Estado Português com a União Europeia nas questões de proteção do consumidor.
- Ainda, por meio do acompanhamento da atividade das entidades reguladoras nacionais e sectoriais e das autoridades de vigilância do mercado nas áreas relacionadas com a defesa dos direitos e dos interesses dos consumidores.

Relativamente aos progressos alcançados na matéria de defesa dos consumidores, ainda podem ser verificadas alterações a nível da sua proteção, por via da comparação da primeira LDC (Lei nº 29/81, de 22 de agosto) com a atual (Lei nº 24/96, de 31 de julho, incluindo as mais recentes alterações, introduzidas pela Lei nº 47/2014, de 28 de julho).

Começando pelo art. 1º, atualmente pressupõe-se uma intervenção legislativa e regulamentar adequada em todos os domínios envolvidos na incumbência geral do Estado para a proteção dos consumidores.

Relativamente aos direitos atualmente atribuídos aos consumidores, e previstos no art. 3º de ambas as versões da LDC, é dinamizado o direito à reparação de danos, especificando-se que se aplica tanto aos danos patrimoniais como aos não patrimoniais, e que englobam ofensas a interesses coletivos ou individuais. Também é garantida a proteção dos interesses económicos dos consumidores e a qualidade dos bens e serviços, exigindo-se que os bens fornecidos aos mesmos sejam aptos a satisfazer os fins a que se destinam e a produzir os efeitos que se lhes atribuem⁹.

⁹ Art. 9º da LDC atual.

O direito à informação¹⁰ passou a ter duas faces de proteção, a geral (cabendo ao Estado, às regiões autónomas e às autarquias locais, através dos meios de comunicação, fornecer informações aos consumidores) e a particular (cabendo aos fornecedores de bens ou aos prestadores de serviços informar aos consumidores sobre os aspetos negociais).

Finalmente, e não menos importante, devo referir que todas as mudanças verificadas permitiram e irão continuar a permitir aos consumidores ter mais acesso a meios de resolução de conflitos nos litígios que envolvam ofensas a direitos que lhes digam respeito, passando estes a ser tidos em conta na definição e execução das políticas do Governo.

3. A segurança de serviços e bens de consumo

Após o enquadramento histórico e jurídico da DGC, com relevância dos aspetos de evolução legislativa da matéria da defesa dos interesses dos consumidores, pretendo, neste ponto, introduzir a matéria da segurança de serviços e bens colocados à disposição dos consumidores que, constituindo a área do direito do consumo na qual se baseou o estágio realizado, é, como tal considerado o objeto do presente relatório. Farei um enquadramento jurídico, primeiro de um modo geral, tendo em conta a relação do Direito Nacional com o Direito Comunitário no que toca às diretivas transpostas pelos Estados-Membros. Posteriormente, e de um modo mais específico, terei em atenção a consagração constitucional dos direitos dos consumidores à saúde e segurança e, também, os diplomas criados a nível nacional para regular situações particulares ou sectoriais, como é o caso dos produtos que representam riscos para a categoria mais vulnerável de consumidores (por exemplo as

¹⁰ Arts. 7º e 8º *idem*.

crianças). E devo repetir que as atividades realizadas por mim como estagiária serão referidas ao longo dos próximos pontos, no âmbito das matérias a que cada uma disser respeito.

3.1. A matéria da segurança dos serviços e bens de consumo no direito português e na Comunidade Europeia

A matéria da segurança dos consumidores em Portugal está prevista no art. 60º da CRP¹¹, com a seguinte redação: “**1. Os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à**

¹¹ Após o longo período de busca pela atribuição de direitos básicos aos consumidores, surge uma nova questão, a da sua elevação ao nível dos direitos fundamentais, passando a merecer tutela constitucional por via da 2ª Revisão Constitucional (1989), testemunhou-se à inserção sistemática dos direitos dos consumidores no catálogo dos direitos fundamentais. No sentido de uma proteção efetiva, um dos objetivos de tal inserção era o de evitar que quaisquer atividades produtoras que gerassem grandes riscos, pudessem ser impostas à custa da saúde e da qualidade de vida das pessoas. A partir do momento em que na sociedade industrial, extremamente consumista, se mostrou evidente a vulnerabilidade de uma das partes da relação de consumo, a opção política dos Estados inclinou-se para a proteção da parte mais vulnerável, com o objetivo de promover o equilíbrio e de assegurar a dignidade da pessoa do consumidor. Reconhecendo-se o domínio económico dos fornecedores em relação aos consumidores, sobretudo em relação à qualidade dos bens e serviços, justifica-se a equiparação dos direitos destes últimos aos Direitos Fundamentais, no sentido de lhes ser proporcionada uma proteção mais forte e eficaz. A Revisão de 1989 veio dar um novo e relevante impulso à temática da afirmação dos Direitos dos Consumidores como Direitos Fundamentais, apesar de, desde 1976, se ter vindo a demonstrar a preocupação do legislador constituinte na proteção do consumidor. Através do enunciado do art.60º, nºs 1 e 2, da CRP os consumidores assistiram à elevação dos seus direitos à categoria de valores constitucionais intangíveis e invioláveis. Já a Revisão Constitucional de 1997 (a 4ª revisão) veio reforçar o Direito de Ação Popular, sendo de salientar a sua extensão à defesa dos direitos dos consumidores, os quais passaram a ser configurados como direitos fundamentais e judicialmente acionáveis, por meio de associações de consumidores e de instituições de defesa dos mesmos.

formação e à informação, à proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos. 2. A publicidade é disciplinada por lei, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indireta ou dolosa. 3. As Associações de consumidores e as cooperativas de consumo têm direito, nos termos da lei, ao apoio do Estado e a ser ouvidas sobre questões que digam respeito à defesa dos consumidores, sendo-lhes reconhecida legitimidade processual para defesa dos seus associados ou de interesses coletivos ou difusos.”

Há que se considerar, também, o art. 81º da CRP, que estabelece o seguinte:

“Incumbe prioritariamente¹² ao Estado no âmbito económico e social:

- a) Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável; (...)*
 - i) Garantir a defesa dos interesses e os direitos dos consumidores;*
- (...)”.*

¹² A CRP de 1976, num primeiro momento, estabelece como incumbência prioritária do Estado a defesa dos direitos dos consumidores, consolidando no ordenamento jurídico-constitucional a proteção do consumidor, que até então era absorvida pela legislação infraconstitucional. Ainda que a proteção dos consumidores tenha sido indireta durante algum tempo, por via de políticas comerciais e normas relativas à tributação (art.104º da CRP de 1976) que eram as únicas prioridades do Estado, o facto de os seus direitos terem sido incluídos e expressamente mencionados no próprio texto constitucional permitiu que passassem a desfrutar de um novo *status*, o de Direitos Fundamentais.

Esta matéria também encontra regulação em textos infraconstitucionais cuja função era, inicialmente, de inserir regras do direito Comunitário no direito Português, adaptando-as às condições nacionais, por forma a cumprir as obrigações decorrentes das mesmas.

Tendo em conta que o tratamento legislativo da matéria da segurança dos consumidores em Portugal se intensificou com a transposição de Diretivas comunitárias¹³ (fator que contribuiu para a densificação do Direito do Consumo, especialmente na área de defesa dos consumidores), farei uma análise, em primeiro lugar das referidas Diretivas e, subsequentemente, dos atos jurídicos que procederam à sua transposição¹⁴ para o direito nacional.

Antes disso, é importante fazer-se uma pequena incursão pelo direito dos consumidores à segurança na União Europeia (ou apenas UE).

A política comunitária dos consumidores constitui um elemento vital para o correto funcionamento do mercado interno. Esta política tem por objeto tornar a UE numa realidade tangível para todos os cidadãos, assegurando os seus direitos enquanto consumidores, dando-lhes mais poder, reforçando o seu bem-estar e protegendo eficazmente a sua segurança bem como os seus interesses económicos.

¹³ A CRP estabelece, no seu art. 112º, nº 8: “A transposição de atos jurídicos da UE para a ordem jurídica interna assume a forma de lei, decreto-lei ou, nos termos do disposto no nº 4, decreto legislativo regional”.

¹⁴ Diretiva é um ato obrigatório de âmbito global e integral, o que significa que não pode ser aplicada de modo parcial ou incompleto e é vinculativa para os Estados-Membros seus destinatários. Segundo o art. 288º do TFUE os atos jurídicos que as instituições da UE adotam para exercer as suas competências e atribuições são os: regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres. As Diretivas preveem uma data-limite para a sua transposição, constituindo incumprimento do direito da UE a violação de tais prazos, podendo a CE iniciar um processo pré-contencioso e, caso o incumprimento persista, a mesma poderá avançar com uma ação de incumprimento junto do Tribunal de Justiça da UE (ou apenas TJUE), com fundamento na falta ou incorreta transposição.

A Base Jurídica da política dos consumidores da UE centra-se nas seguintes normas: os arts. 4º, nº 2, al. f), 12º, 114^{o15}, nº 3 e 169^{o16} do TFUE (Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia), o art. 38^{o17} da CDFUE (Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia), e o art.III-235º, nº 1 do Tratado de Lisboa¹⁸.

Para além da ação direta tendente a proteger os direitos dos consumidores, a UE garante que os mesmos sejam incorporados na legislação da UE em todos os domínios relevantes de ação política. O primeiro dos objetivos gerais é o de garantir o mesmo nível elevado de proteção para os mais de 50 milhões de cidadãos (consumidores) da UE. O segundo dos objetivos é a garantia da aplicação efetiva da legislação no domínio da política dos consumidores, através da cooperação em matérias de aplicação normativa, vias de recurso, informação e educação.

Após a conclusão do Mercado Único, os métodos da política dos consumidores assentam em duas medidas específicas: a Agenda do Consumidor Europeu, que constitui a nova estratégia para a política comunitária dos consumidores, em consonância com a estratégia de crescimento da UE, a Estratégia Europa 2020. A Agenda do Consumidor apresenta medidas destinadas a cumprir os objetivos da Estratégia

¹⁵ Prevê o seguinte: “A Comissão, nas suas propostas previstas no nº 1 em matéria de saúde, de segurança, de proteção do ambiente e de defesa dos consumidores, basear-se-á num nível de proteção elevado, tendo nomeadamente em conta qualquer nova evolução baseada em dados científicos. No âmbito das respetivas competências, o Parlamento Europeu e o Conselho procurarão igualmente alcançar esse objetivo”.

¹⁶ Prevê: “A fim de promover os interesses dos consumidores e assegurar um elevado nível de defesa destes, a União contribuirá para a proteção da saúde, da segurança e dos interesses económicos dos consumidores, bem como para a promoção do seu direito à informação, à educação e à organização para a defesa dos seus interesses”.

¹⁷ Estabelece o seguinte: “As políticas da União devem assegurar um elevado nível de defesa dos consumidores”.

¹⁸ Estabelece o mesmo que o artigo 16º referido acima.

Europa 2020, cumprindo 4 objetivos principais destinados a estimular a confiança dos consumidores¹⁹: i) Reforçar a segurança dos consumidores²⁰ – em relação a bens, serviços e produtos alimentares, mas também reforçar o quadro normativo e garantir uma maior eficiência na fiscalização do mercado; ii) Promover o conhecimento – para fazer face à crescente complexidade dos mercados, que exige aos

¹⁹ **Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia:** “O crescimento na UE precisa simultaneamente de uma oferta competitiva e de uma forte procura. Os consumidores devem pois, ocupar um lugar tão importante quanto as empresas nas políticas da UE. Precisamos de consumidores confiantes para impulsionar a economia europeia”. **John Dalli, Comissário Europeu responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor afirmou:** “A estratégia hoje adotada visa dar poderes aos consumidores e reforçar a sua confiança, fornecendo-lhes ferramentas para participarem ativamente no mercado, fazê-lo funcionar em seu benefício, exercerem o direito de escolha e garantirem uma aplicação adequada dos seus direitos (...)”.

²⁰ **DGC, Plano de Ação 2012-2013, “Segurança de produtos e serviços de consumo”, pp. 6 e 7:** “A proteção da segurança dos consumidores na UE, que se encontra estreitamente ligada às liberdades de circulação de bens e serviços e, assim, constitui condição do bom funcionamento do Mercado Interno, assenta num conjunto de pilares e princípios. A normalização constitui, desde sensivelmente 1985, um dos pilares do edifício legislativo sobre segurança dos produtos na UE. Através da normalização, os produtos são concebidos e fabricados para satisfazerem a sua função, sem porem em risco os consumidores, quando usados em condições normais ou previsíveis. Neste âmbito as Diretivas denominadas de **nova abordagem** definem um tipo de produtos e/ou riscos. Neste conjunto encontram-se, designadamente, a Diretiva 88/378/CEE, de 3 de maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à segurança dos brinquedos – revogada pela Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu, de 18 de junho – e a Diretiva 73/23/CEE, de 19 de fevereiro, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros no domínio do material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão. Tratando-se de instrumentos de natureza vertical, estas preveem procedimentos de análise de risco e requisitos essenciais de segurança. A par da aplicação destas Diretivas os organismos de normalização desenvolveram normas europeias harmonizadas. No âmbito da Diretiva relativa aos brinquedos, presume-se que qualquer brinquedo fabricado em conformidade com as normas harmonizadas é conforme com os requisitos essenciais de segurança. Outro pilar do edifício comunitário de segurança de produtos abrange a Diretiva 87/357/CEE, do Conselho, de 25 de junho de 1987, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos produtos que, não possuindo a aparência do que são, comprometem a saúde ou a segurança dos consumidores.” Estas questões serão tratadas nos respetivos pontos deste relatório.

consumidores instrumentos e informação adequados para poderem compreender os aspetos referentes aos interesses dos mesmos e dos comerciantes, permitindo aos primeiros uma participação mais eficaz nos mercados; **iii)** Melhorar a aplicação da legislação e os mecanismos de reparação – aplicar efetivamente a legislação relativa à defesa dos consumidores e oferecer, aos mesmos, formas eficazes de resolução de litígios; **iv)** Ajustar as políticas à evolução da sociedade e garantir a sua relevância para a vida quotidiana – adaptar o direito dos consumidores à era digital, promover o crescimento e as escolhas sustentáveis e responder às necessidades específicas dos consumidores vulneráveis.

Por fim, devo referir que o Parlamento Europeu (ou apenas PE) continua a exercer pressões veementes e constantes no sentido de os problemas dos consumidores serem inteiramente tidos em consideração pelas restantes instituições da UE. A política de defesa dos consumidores passou de uma política de harmonização técnica das normas na prossecução do mercado único para o reconhecimento da defesa dos consumidores como parte integrante da dinâmica do estabelecimento do equilíbrio entre os interesses do mercado e os dos consumidores. O PE tem-se mostrado particularmente ativo no fornecimento de meios que garantam a educação financeira dos consumidores e o alargamento da sua representação nos Estados-Membros.

Neste momento, é adequado tratar-se da matéria da transposição das Diretivas comunitárias para o Direito Português, em tudo o que respeita ao direito dos consumidores à segurança.

Em primeiro lugar, revela-se necessária uma análise da Diretiva 92/59/CEE, do Conselho, de 29 de junho, que introduziu regras mais claras e eficazes para assegurar que apenas fossem colocados no mercado produtos efetivamente seguros.

O objetivo global da presente Diretiva é de harmonizar as medidas dos Estados-Membros destinadas a impor a obrigação geral de comercializar apenas produtos seguros²¹, para assegurar um nível de proteção elevado e coerente da segurança e da saúde das pessoas em toda a Comunidade Europeia, bem como o bom funcionamento do mercado interno.

Os produtos em causa são os destinados aos consumidores²², ou os que são suscetíveis de ser, por eles, utilizados. Neles se englobam os produtos fornecidos a título oneroso ou gratuito, novos, usados ou recuperados.

A Diretiva em análise era aplicável em situações de ausência de regulamentações específicas, sendo considerada, portanto, um complemento da legislação comunitária setorial que cobria os produtos que não eram objeto de uma legislação específica. Para além disso, cobria também, aspetos relativos à segurança e às exigências em matéria administrativa e de controlo que não figurassem nas legislações setoriais.

De seguida, devo analisar a Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, que permitiu efetuar algumas alterações à Diretiva anterior, a fim de completar, reforçar ou clarificar algumas das suas disposições à luz da experiência e dos novos e relevantes desenvolvimentos no domínio da segurança dos produtos de consumo, assim como das alterações introduzidas no tratado.

Para além dos já referidos, são também objetos da presente Diretiva o melhor funcionamento do mercado interno, no qual é

²¹ Considera-se seguro qualquer produto que, relativamente aos aspetos contemplados pela regulamentação nacional aplicável, esteja em conformidade com as normas de saúde e segurança fixadas na regulamentação nacional específica de um Estado-Membro a que devem obedecer os produtos para poderem ser comercializados.

²² Ver art. 2º, al. a) da Diretiva 92/59/CEE, de 29 de junho.

assegurada a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais. Sendo muito difícil adotar legislação comunitária para cada produto já existente ou suscetível de vir a ser concebido, é necessário um vasto quadro legislativo de carácter horizontal para abranger tais produtos e colmatar as lacunas.

A Diretiva em análise é aplicável aos produtos, independentemente das técnicas de venda, incluindo as vendas à distância ou por via eletrónica.

A segurança dos produtos será avaliada, tendo em atenção todos os aspetos relevantes, em especial as categorias de consumidores que podem ser particularmente vulneráveis aos riscos decorrentes dos mesmos, em especial as crianças e os idosos, matéria que será tratada mais adiante no âmbito das legislações mais específicas na área da segurança dos consumidores.

Na ausência de disposições mais específicas no quadro da legislação comunitária relativa à segurança dos produtos, o disposto na presente Diretiva é aplicável para efeitos de proteção da saúde e segurança dos consumidores.

A fim de assegurar um controlo eficaz do cumprimento das obrigações que impendem sobre produtores e distribuidores, os Estados-Membros devem criar ou designar as autoridades a quem caberá controlar a segurança dos produtos, dotando-as de poderes para aplicar as medidas adequadas, incluindo o poder de aplicar sanções proporcionadas e dissuasivas, e assegurar a necessária coordenação entre as várias autoridades designadas.

Para finalizar a análise da Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro, devo referir que a mesma estabelece, no seu art.3º, os critérios de avaliação da conformidade dos produtos colocados nos mercados com a Obrigação Geral de Segurança e os procedimentos que implicam a

restrição da sua colocação nos mercados ou que exigem a sua retirada ou recolha dos mercados.

Agora, relativamente à adaptação das referidas Diretivas ao direito português, irei fazer uma breve análise dos Decretos-Lei que procederam à sua transposição para a ordem jurídica nacional.

Em primeiro lugar tem-se o DL nº 311/95, de 20 de novembro, que transpôs para o direito interno a Diretiva 92/59/CEE, do Conselho e que reestruturou o Sistema jurídico instituído pelo DL nº 213/87, de 28 de maio (primeiro diploma nacional a tratar da questão da segurança no direito do consumo)²³.

O presente DL simboliza a preocupação do Estado Português em conjugar as disposições resultantes do cumprimento de obrigações comunitárias exclusivamente relativas à segurança dos produtos, com a obrigação de manter o padrão de proteção que a legislação anterior (DL nº 213/87) já garantia aos consumidores ao nível dos serviços²⁴.

²³ Na sequência da publicação da primeira lei sobre a defesa do consumidor foi, no desenvolvimento daquele regime, publicado o DL nº 213/87, de 28 de maio, relativo à segurança de produtos e serviços. No contexto dos direitos dos consumidores constitucional e legalmente consagrados, designadamente, o direito à saúde e à segurança, a publicação daquele diploma constitui um importante marco legislativo na política de defesa do consumidores porque veio estabelecer a disciplina aplicável a “todos os fornecimentos de bens e serviços que, utilizados em condições normais ou previsíveis possam implicar perigo para a segurança física dos consumidores”. Ao abrigo deste DL, estabelecia-se, pela primeira vez em Portugal, a proibição de fornecimento de bens e de prestações de serviços que implicassem perigo para a saúde e segurança física dos consumidores, bem como o funcionamento da Comissão de Segurança.

²⁴ A segurança dos serviços engloba, entre outros: **a)** A segurança dos hotéis já existentes contra os riscos de incêndio; **b)** As regras e normas de segurança para os navios de passageiros; **c)** A segurança marítima e dos equipamentos marítimos; **d)** A segurança ferroviária; **e)** E a harmonização dos requisitos e procedimentos administrativos aplicáveis à aviação civil.

Para além de prever mais obrigações para os operadores económicos, com o intuito de garantir a segurança dos consumidores, também se criou a Comissão de Segurança, designada apenas por Comissão, cujas competências estão estabelecidas no art. 7º do DL em análise.

No que respeita à segurança dos serviços de consumo, as situações de perigosidade são abrangidas pelo DL nº 213/87, que continuou parcialmente em vigor, abrangendo o DL nº 311/95 apenas a segurança dos produtos.

Em segundo lugar tem-se o DL nº 69/2005, de 17 de março, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2001/95/CE²⁵, e consequentemente, revogou o DL nº 213/87, de 28 de maio, sobre a segurança de serviços, e o DL nº 311/95, de 20 de novembro, relativo à segurança de produtos (art. 31º do DL em análise).

O DL em causa também consagrou a Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo (ou apenas CSSBC), que sucedeu nas atribuições da extinta Comissão de Segurança e elegeu o ponto de contato nacional, para efeitos do funcionamento do Sistema Comunitário de Troca Rápida de Informações (RAPEX).

À luz do regime de 2005, à CSSBC competia, designadamente, deliberar sobre os produtos não alimentares e serviços relativamente aos quais não existisse legislação específica aplicável, promover o cumprimento da obrigação geral de segurança, realizar estudos, proibir a colocação de produtos perigosos no mercado e ordenar a retirada ou recolha dos produtos perigosos já colocados à disposição dos consumidores.

²⁵ Em finais de 2001 o Parlamento Europeu e o Conselho, ao adotarem a nova Diretiva sobre a Segurança Geral de Produtos, visaram abranger num só ato jurídico todos os produtos colocados no mercado, incluindo aqueles que eram utilizados para a prestação de um serviço.

Atualmente, cabe à DGC exercer as competências da CSSBC, extinta no âmbito na reforma administrativa (PREMAC). Este novo enquadramento legal implicou, desde logo, que se alterasse o diploma sobre a segurança geral dos produtos, colocando um desafio à DGC e a todas as entidades que, no seio da CSSBC, assumiam um papel importante no objetivo de garantir a proteção da saúde e segurança dos consumidores.

3.2. Breves esclarecimentos sobre o Sistema RAPEX²⁶

O quadro legal do Sistema RAPEX encontra-se estipulado no DL 69/2005, de 17 de março acima mencionado, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro, relativa à segurança geral dos produtos.

O Sistema RAPEX é um sistema de alerta que obriga as entidades públicas competentes a notificar à Comissão Europeia (ou apenas CE) os produtos que apresentam riscos graves²⁷ para a saúde e/ou segurança dos consumidores. Permite a troca rápida de informação entre as autoridades de controlo dos mercados dos Estados-Membros da UE e dos países da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA) e a Comissão Europeia sobre produtos não alimentares de consumo perigosos, que circulam no Espaço Económico Europeu.

Assim, e sempre que um Estado-Membro detetar um produto perigoso, notifica a CE que, por sua vez, e após comprovação do risco, envia essa notificação a determinadas autoridades existentes no território nacional - os Pontos de Contato - que, por sua vez, comunicam às

²⁶ RAPID ALERT SYSTEM FOR DANGEROUS NON-FOOD CONSUMER PRODUCTS.

²⁷ O art. 3º, al. d) do DL 69/2005, considera grave qualquer risco, incluindo os riscos cujos efeitos não sejam imediatos, que implique um perigo real e efetivo que exija uma intervenção rápida das autoridades consideradas competentes.

autoridades de controlo dos mercados, para que estas possam tomar certas medidas reparadoras da situação que põe em causa a segurança dos consumidores.

Em Portugal a DGC é o ponto de contato do Sistema RAPEX e, enquanto tal, pode exigir dos operadores económicos informações e diligências necessárias para a salvaguarda dos direitos dos consumidores, nomeadamente o direito à saúde e o direito à segurança, quando tenham sido colocados nos mercados produtos que apresentem riscos incompatíveis com a Obrigação Geral de Segurança.

A DGC, como ponto de contato nacional para os produtos perigosos não alimentares deve:

- Emitir Notificações nacionais junto da Comissão Europeia sobre os produtos de consumo que não tenham sido notificados pelos outros países intervenientes no Sistema;
- Informar a Comissão Europeia, através de Reação, sobre a existência do produto no mercado nacional e, quando aplicáveis, as medidas adotadas pelas autoridades de controlo do mercado (medidas obrigatórias) e pelos produtores/distribuidores (medidas voluntárias);
- Receber as notificações enviadas pela CE e transmiti-las às autoridades de controlo do mercado, de forma a permitir a sua atuação.

O Sistema RAPEX encontra regulação específica nos arts. 16º e ss. do DL 69/2005, e os seus procedimentos estão previstos na Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro²⁸.

²⁸ “ANEXO II da Diretiva 2001/95/CE,

PROCEDIMENTOS PARA A APLICAÇÃO DO RAPEX E DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS NOTIFICAÇÕES

1. O sistema RAPEX abrange os produtos definidos na alínea a) do artigo 2º da presente diretiva que apresentem um risco grave para a saúde e a segurança dos consumidores.

Estão excluídos do âmbito de aplicação do RAPEX os produtos farmacêuticos abrangidos pelas Diretivas 75/319/CEE e 81/851/CEE.

2. O RAPEX tem essencialmente por objetivo uma troca rápida de informações em caso de existência de um risco grave. As orientações referidas no ponto 8 definem critérios específicos para a identificação dos riscos graves.

3. Os Estados-Membros notificantes a título do artigo 12º comunicarão todas as informações disponíveis. Em especial, a notificação deverá conter as informações mencionadas nas orientações referidas no ponto 8, e, no mínimo:

- a) Informações que possibilitem a identificação do produto;*
- b) Uma descrição do risco em causa, incluindo um resumo dos resultados de quaisquer ensaios ou análises efetuados e das respetivas conclusões que permitam avaliar a importância do risco;*
- c) A natureza e a duração das medidas tomadas ou das ações empreendidas ou das medidas ou ações decididas, se aplicável;*
- d) Informações sobre as cadeias de comercialização e sobre a distribuição do produto, em especial sobre os países destinatários.*

Essas informações devem ser transmitidas por meio do formulário-tipo de notificação previsto para o efeito e segundo as regras especificadas nas orientações referidas no ponto 8.

Quando a medida notificada nos termos dos artigos 11º ou 12º se destine a restringir a comercialização ou a utilização de uma substância ou preparação química, os Estados-Membros deverão fornecer logo que possível um resumo ou as referências dos dados pertinentes relativos a essa substância ou preparação e aos produtos de substituição disponíveis, se essas informações estiverem disponíveis. Os Estados-Membros comunicarão igualmente os efeitos que se prevê que a medida venha a ter para a saúde e a segurança dos consumidores, bem como a avaliação do risco efetuada de acordo com os princípios gerais de avaliação dos riscos das substâncias químicas previstos no nº 4 do artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 793/93 (3) no caso de uma substância existente, ou no nº 2 do artigo 3º da Diretiva 67/548/CEE (4) caso se trate de uma nova substância. As orientações referidas no ponto 8 definirão os pormenores e os procedimentos para a prestação das informações exigidas a este respeito.

4. Quando um Estado-Membro tiver informado a Comissão, em conformidade com o nº 1, terceiro parágrafo, do artigo 12º, da existência de um risco grave, antes de tomar a decisão de adotar medidas, deverá indicar à Comissão, no prazo de 45 dias, se confirma ou se altera essas informações.

5. A Comissão verificará, com a maior brevidade possível, a conformidade das disposições da diretiva com as informações recebidas pelo RAPEX e poderá proceder a um inquérito por sua própria iniciativa se entender que tal é necessário para fins de avaliação da segurança do produto. Caso seja realizado um inquérito dessa natureza, os Estados-Membros deverão fornecer à Comissão todas as informações solicitadas.

3.2.1. A criação da brochura do Sistema RAPEX como atividade do estágio

Como estagiária tive a oportunidade de participar na criação da brochura informativa relativa ao Sistema de Alerta Rápido Sobre Produtos de Consumo Perigosos, que funciona nos Estados-Membros da UE.

6. Após a receção de uma notificação nos termos do artigo 12º, os Estados-Membros devem prestar à Comissão, o mais tardar no prazo fixado nas orientações referidas no ponto 8, as seguintes informações:

- a) Se o produto está a ser comercializado no seu território;
- b) Que medidas serão eventualmente adotadas em relação ao produto em questão, tendo em conta a sua situação específica, comunicando as razões, nomeadamente a diferente apreciação do risco ou quaisquer outras circunstâncias particulares que justifiquem a sua decisão, em particular a ausência de medidas ou de acompanhamento;
- c) Quaisquer informações complementares pertinentes que tenham obtido sobre o risco em causa, incluindo os resultados de ensaios ou de análises.

As orientações referidas no ponto 8 propõem critérios precisos de notificação das medidas cujo alcance se limite ao território nacional e o tratamento a dar a essas notificações relativas aos riscos que o Estado-Membro notificante considera que não transpõem o seu território.

7. Os Estados-Membros informarão imediatamente a Comissão de qualquer modificação ou do levantamento da ou das medidas ou ações em questão.

8. As orientações relativas à gestão do RAPEX pela Comissão e pelos Estados-Membros serão elaboradas e regularmente atualizadas pela Comissão, nos termos do procedimento previsto no nº 3 do artigo 15º.

9. A Comissão pode informar os pontos de contacto nacionais sobre os produtos que comportam riscos graves, importados para a Comunidade e para o Espaço Económico Europeu ou deles exportados.

10. O Estado-Membro notificante é responsável pelas informações fornecidas.

11. Cabe à Comissão assegurar o bom funcionamento do sistema, procedendo nomeadamente a uma classificação e indexação das notificações consoante o grau de urgência. As regras deste procedimento serão estabelecidas nas orientações referidas no ponto 8.”

Da brochura constam as seguintes informações:

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO SISTEMA RAPEX?

- Permitir a troca rápida de informação entre as autoridades de controlo de mercado e a Comissão Europeia, quando sejam detetados produtos não alimentares perigosos no mercado europeu;
- Divulgar informação sobre produtos perigosos que são retirados do mercado. A informação é divulgada no sítio de Internet criado pela Comissão Europeia e acessível em: <http://ec.europa.eu/consumers/safety/rapex/alerts/main/index.cfm?event=main.listNotifications>

COMO SE PROCESSA A TROCA RÁPIDA DE INFORMAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ENTIDADES?

O intercâmbio de informação sobre a presença de produtos perigosos no mercado efetua-se através de “Notificações” e de “Reações” difundidas através do Sistema.

O QUE É UMA NOTIFICAÇÃO?

É um documento no qual se coloca toda a informação que permite identificar o produto não alimentar que apresenta riscos para a saúde e segurança dos consumidores.

EXEMPLO DE FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

Categoria de produto:	
Nom do produto:	

A Segurança dos Consumidores:
A Proteção Contra Serviços e Bens de Consumo “Perigosos”

Marca:	
Tipo/número de modelo:	
Número de lote/código de barras:	
Descrição de produto e da embalagem:	
Fotografia:	
Preço:	
Prova de conformidade:	
Legislação aplicável:	
Data de produção:	
Período de comercialização:	
País de origem (local de produção):	
Número de produtos afetados em Portugal	
País de destino:	
Número total de produtos afetados (por país):	

DESCRIÇÃO DO RISCO

Descrição do risco e possíveis danos para a saúde e segurança dos consumidores (conclusões da avaliação do risco):	
Detalhes da resolução do problema de segurança	

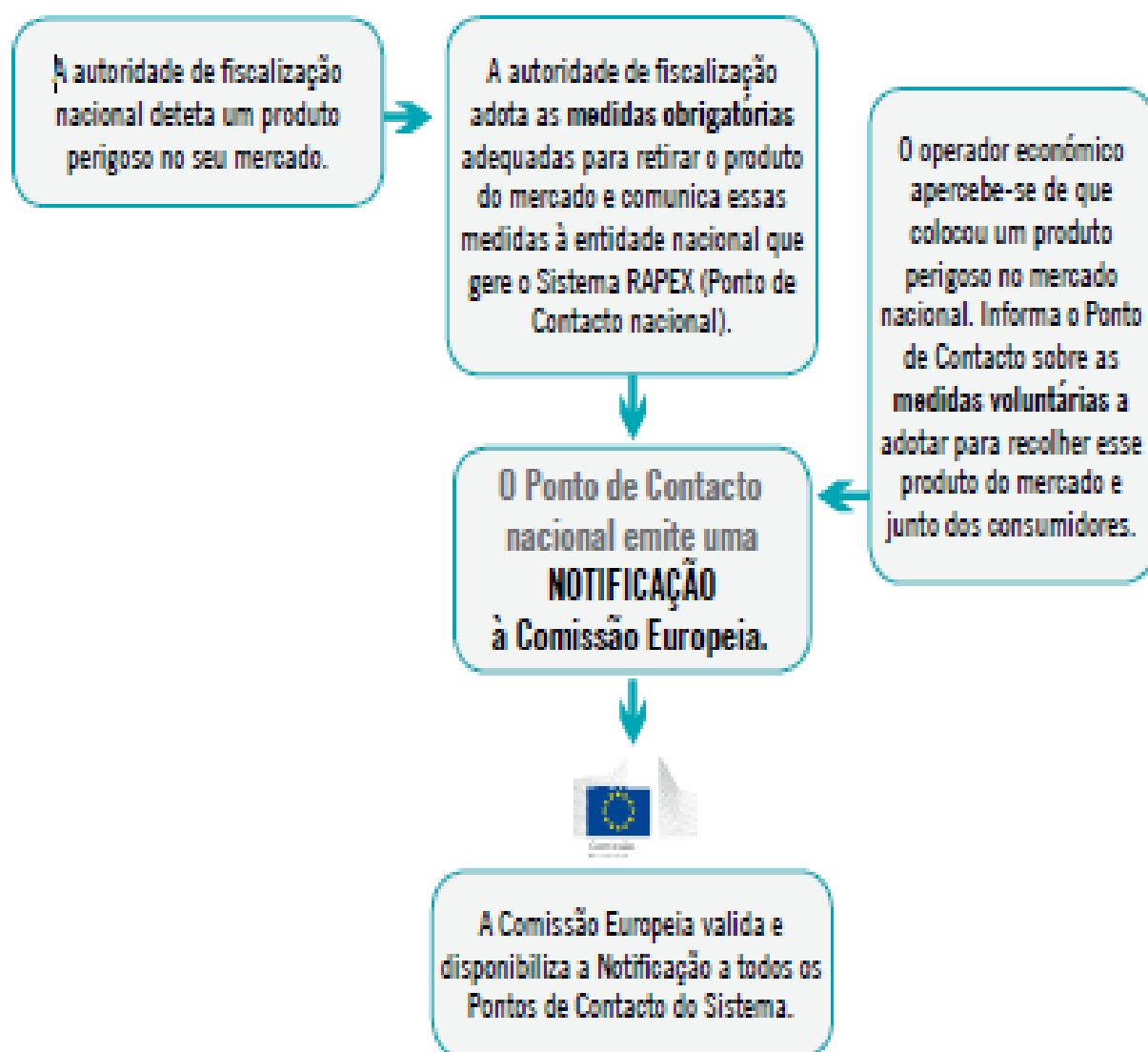
O QUE É UMA REAÇÃO?

É a comunicação efetuada por um Estado-membro à Comissão Europeia sobre a existência do produto que foi objeto de notificação no mercado nacional incluindo, se for caso disso, a indicação das medidas

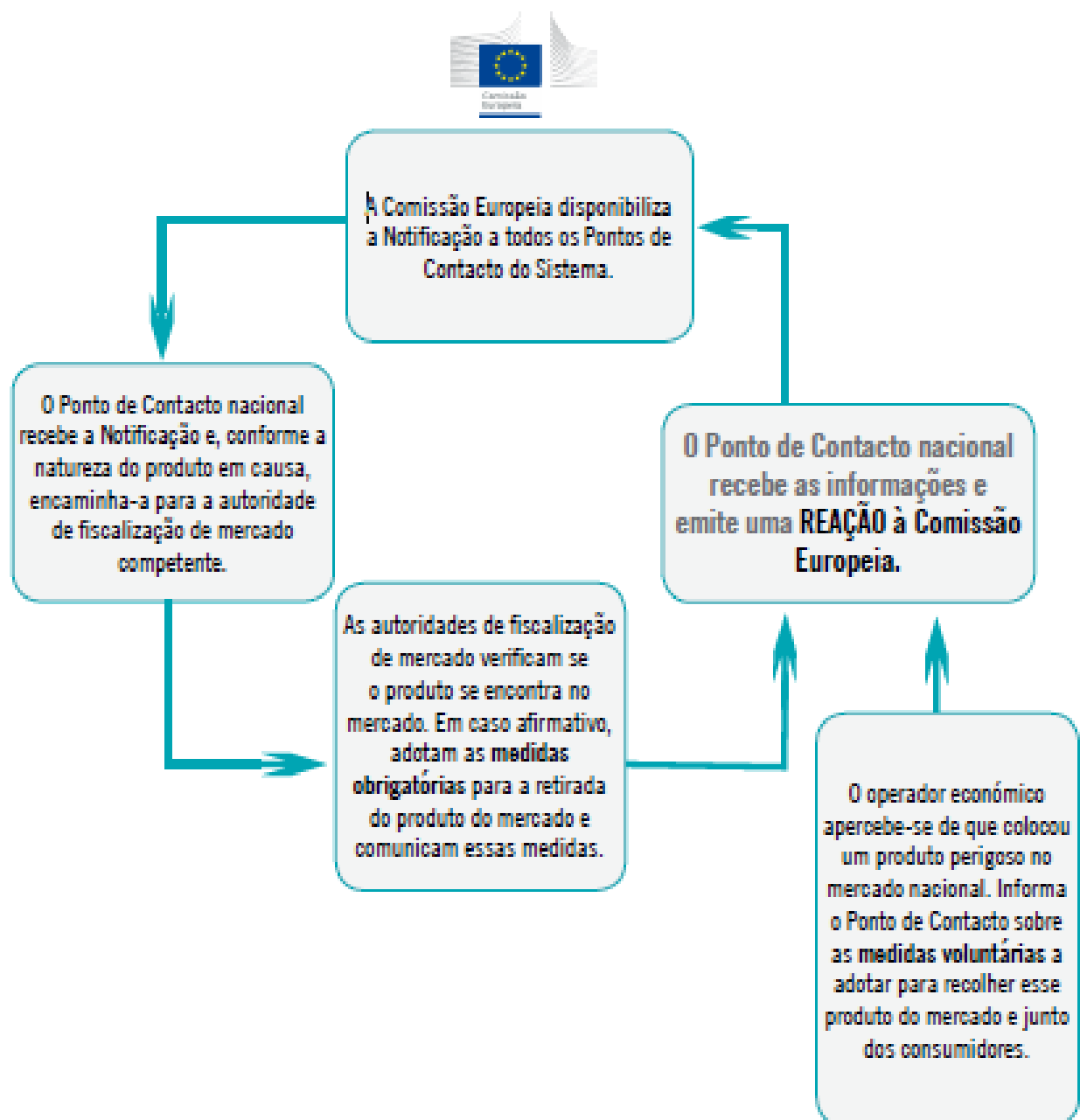
adotadas pelas autoridades e/ou pelos operadores económicos com vista à sua retirada/recolha de comercialização.

NA PRÁTICA COMO FUNCIONA O SISTEMA RAPEX?

a) Quando no mercado nacional é detetado um produto não alimentar perigoso que não foi notificado por outro país:



- b) Quando o produto não alimentar perigoso detetado no mercado nacional tenha sido notificado por outro país:



O QUE DISTINGUE AS MEDIDAS OBRIGATÓRIAS DAS MEDIDAS VOLUNTÁRIAS?

- As medidas obrigatórias são desencadeadas pelas autoridades de fiscalização do mercado com vista à retirada de produtos perigosos do mercado nacional;
- As medidas voluntárias são adotadas por iniciativa dos operadores económicos para efeitos de recolha do produto do mercado e junto dos consumidores.

Para efeitos de recolha do produto perigoso os operadores económicos divulgam avisos nos estabelecimentos comerciais, na comunicação social e nos respetivos sítios da internet, entre outros.

No caso específico dos veículos a motor é usual o envio de cartas aos proprietários com orientações precisas para a resolução do problema detetado.

QUAL É A ENTIDADE PÚBLICA QUE, EM PORTUGAL, GERE O SISTEMA RAPEX?

O Sistema é gerido pela Direção Geral do Consumidor, que é o Ponto de Contato nacional.

A QUEM É QUE O PONTO DE CONTATO NACIONAL ENVIA AS NOTIFICAÇÕES?

As Notificações são enviadas às seguintes autoridades de fiscalização do mercado, de acordo com as respetivas competências: ASAE, AT, IMT, INFARMED, IRAERA, PSP.

QUAIS SÃO OS PRODUTOS NÃO ALIMENTARES ABRANGIDOS PELO SISTEMA RAPEX?

São exemplos:

- Acessórios de cozinha;
- Artigos de puericultura e equipamento para crianças;
- Brinquedos;
- Embarcações de recreio;
- Equipamento de proteção pessoal;
- Equipamento elétrico e de iluminação;
- Equipamento para atividades de lazer/desporto;
- Isqueiros;
- Mobiliário;
- Ponteiros laser;
- Produtos cosméticos;
- Produtos que imitam géneros alimentícios;
- Veículos a motor;
- Vestuários, têxteis e artigos de moda.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA:

- Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril – define a missão e as atribuições da DGC;
- Decreto-Lei nº 69/2005, de 17 de março – transpõe para a ordem jurídica nacional a diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro, relativa à Segurança Geral de Produtos;
- Regulamento (CE) nº 765/2008, de 9 de julho – estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos.

3.3. A Obrigação Geral de Segurança: noção e regulação

Os consumidores ao adquirirem um bem ou ao ser-lhes prestado um serviço, esperam, legitimamente, que a sua saúde e segurança não sejam colocadas em risco.

A proteção legal da segurança dos consumidores é reflexo da evolução do Direito do Consumo a nível comunitário e nacional, bem como das taxas de accidentalidade registadas, nomeadamente com crianças, que fazem parte da categoria de consumidores mais vulneráveis.

Os produtos colocados no mercado europeu estão sujeitos a requisitos gerais de segurança inseridos nas previsões da Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro cujo objetivo é de assegurar que apenas os produtos seguros são vendidos no mercado europeu²⁹.

O DL nº 69/2005, de 17 de março, que transpõe a referida Diretiva, fornece conceitos que permitem o esclarecimento da natureza e abrangência da Obrigação Geral de Segurança, e o conhecimento das obrigações adicionais trazidas pela mesma, que recaem sobre os produtores e os distribuidores (responsáveis pela colocação de produtos que, idealmente, não apresentem riscos, no mercado nacional).

Segundo o regime da Obrigação Geral de Segurança, só podem ser colocados em circulação nos mercados produtos seguros³⁰. Entende-se por produto seguro qualquer bem que, em condições de utilização normais ou razoavelmente previsíveis, incluindo a duração, não

²⁹ A Diretiva impõe tais exigências de segurança a qualquer produto colocado no mercado para os consumidores, ou que seja provável que vá ser usado por eles, incluindo todos os produtos fornecidos no âmbito de um serviço. Deixa-se de fora, no entanto, os produtos de segunda mão que tenham valor de antiguidade e aqueles que precisam de reparação.

³⁰ Art. 3º, al. b), do DL 69/2005, de 17 de março.

apresente quaisquer riscos ou apresente apenas riscos reduzidos compatíveis com a sua utilização e considerados conciliáveis com o elevado nível de proteção da saúde e segurança dos consumidores.

Considera-se conforme com a Obrigação Geral de Segurança o produto que estiver em conformidade com as normas legais ou regulamentares que fixem os requisitos em matéria de proteção da saúde e segurança a que o mesmo deve obedecer para poder ser comercializado³¹.

³¹ O produto é também considerado seguro se estiver conforme os padrões europeus estabelecidos, tendo em conta os procedimentos previstos na Diretiva 2001/95/CE:

“ANEXO I

OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS INFORMAÇÕES A FORNECER ÀS AUTORIDADES COMPETENTES POR PRODUTORES E DISTRIBUIDORES SOBRE PRODUTOS NÃO CONFORMES COM A OBRIGAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA

1. As informações previstas no nº 3 do artigo 5º ou, se for caso disso, em preceitos específicos da regulamentação comunitária relativa ao produto em causa serão comunicadas às autoridades competentes designadas para esse efeito nos Estados-Membros em que os produtos em causa estejam ou tenham sido colocados no mercado ou de qualquer outra forma fornecidos aos consumidores.

2. A Comissão, assistida pelo comité a que refere o artigo 15º, deverá definir o conteúdo e elaborar o formulário-tipo das notificações previstas no presente anexo, procurando garantir a eficácia e o bom funcionamento do sistema. Deverá concretamente propor, eventualmente sob a forma de um guia, critérios simples e claros para determinar as condições específicas, designadamente as que se prendem com produtos ou circunstâncias isolados, em relação às quais a notificação não é pertinente à luz do presente anexo.”

3. Quando se trate de riscos graves, as informações a prestar compreenderão, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Dados que permitam uma identificação precisa do produto ou do lote de produtos em questão;*
- b) Uma descrição completa do risco que esses produtos comportem;*
- c) Todas as informações disponíveis que sejam pertinentes para rastrear o produto;*
- d) Uma descrição da ação empreendida a fim de prevenir riscos para os consumidores.”*

A conformidade de um produto com a Obrigação Geral de Segurança é avaliada³² atendendo, sempre que existam: **a)** As normas portuguesas que transpõem normas europeias cujas referências tenham sido publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, bem como as normas nacionais que transpõem normas comunitárias pertinentes; **b)** As normas em vigor no Estado-membro em que o produto é fornecido ou disponibilizado; **c)** As recomendações da Comissão Europeia que contêm orientações em matéria de avaliação de segurança dos produtos; **d)** Os códigos de boa conduta em matéria de segurança dos produtos em vigor para o setor em causa; **e)** O estado atual dos conhecimentos e da técnica; **f)** O nível de segurança razoavelmente esperado pelos consumidores.

Segundo o nº4 do art. 4º do DL nº 69/2005: *“A conformidade de um produto com as normas legais ou regulamentares ou com os critérios mencionados nos nºs 2 e 3, respetivamente, não constitui impedimento à adoção de medidas que se mostrem necessárias para restringir a sua comercialização ou ordenar a sua recolha ou retirada do mercado se, ainda assim, o produto se revelar perigoso para a saúde e segurança dos consumidores”*.

É conveniente falar, neste âmbito, dos deveres adicionais trazidos pela Obrigação Geral de Segurança, que recaem sobre os produtores e distribuidores (seus destinatários, nos termos dos arts. 5º, 3º, al. e), 6º, 7º e 8º do citado DL). De acordo com os referidos artigos, impõe-se aos operadores económicos a obrigação de **1)** Tomar medidas, em função das características dos produtos fornecidos e dos riscos que possam comportar; **2)** Fornecer aos consumidores informações suficientes que lhes permitam avaliar e prevenir-se de tais riscos; **3)** Advertir os consumidores dos riscos inerentes aos produtos perigosos que já lhes

³² Art. 4º, nº 3, als. a) a f) do DL 69/2005, de 17 de março.

tenham sido fornecidos; **4)** Retirar tais produtos do mercado e, como último recurso, recolhê-los junto dos consumidores, o que pode comportar como forma adequada de compensação a troca ou o reembolso desses produtos.

Os produtores e os distribuidores deverão cooperar com as autoridades competentes nas ações de prevenção dos riscos e informá-las sempre que cheguem à conclusão de que colocaram um produto perigoso no mercado.

O DL em causa estabelece o regime da Comissão de Segurança dos Serviços e Bens de Consumo (CSSBC)³³, prevendo no seu art. 13º competências de grande relevo em matéria de segurança dos consumidores. Trata-se de competências como a de garantir, junto das entidades responsáveis pelo controlo do mercado, o cumprimento da OGS, nomeadamente através de programas de vigilância que devem ser periodicamente realizados.

Como já referi anteriormente, com a reestruturação da Administração Pública, a DGC sucedeu à CSSBC e, portanto, cabe-lhe atualmente o exercício das competências da antiga CSSBC.

Com o objetivo de garantir a proteção efetiva da saúde e segurança dos consumidores, a DGC tem por missão zelar pela segurança geral dos produtos não alimentares e dos serviços prestados, decidindo sobre aqueles cujo risco não é compatível com o nível de proteção exigido e adotando as demais ações necessárias ao cumprimento do disposto no DL 69/2005, de 17 de março, na sua versão atual.

Também com o intuito de garantir a segurança dos consumidores, a DGC realiza ações que permitam aos consumidores obter informações sobre os produtos e os serviços suscetíveis de afetar a sua saúde e bem-

³³ Preâmbulo do Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril.

estar, assim como os direitos de que são titulares, e que lhes permitam ter conhecimento sobre a legislação que protege os seus interesses, permitindo-lhes a defesa dos mesmos perante os fornecedores de produtos e prestadores de serviços, públicos e privados.

3.4. As imitações perigosas e os consumidores mais vulneráveis

São considerados imitações perigosas os produtos que, não possuindo a aparência do que são, comprometem a segurança e a saúde dos consumidores.

Trata-se de produtos passíveis de serem confundidos com outros (que tenham finalidade e utilização diferente) e cuja confusão provoque risco para a saúde e segurança dos consumidores, por possuírem, nomeadamente, pequenas peças (risco de asfixia e sufocação), por serem tóxicos (risco de intoxicações), por possuírem arestas cortantes (risco de ferimento).

Para que um produto possa ser considerado uma imitação perigosa tem de preencher 2 pressupostos cumulativos: **a)** Deve imitar outro produto; e **b)** Deve apresentar risco para os consumidores.

Originalmente a matéria das imitações perigosas era regulada pela Diretiva 87/357/CEE, de 25 de julho de 1987, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos produtos que comprometem a saúde dos consumidores.

A referida Diretiva foi, posteriormente, transposta para o direito português³⁴ pelo DL nº 150/90, de 10 de maio.

³⁴ **Preâmbulo do DL 150/90:**

Segundo o art. 2º deste DL, são proibidos o fabrico, a comercialização, a importação e a exportação, incluindo os tráfegos com as Comunidades Europeias, de quaisquer produtos considerados imitações de outros produtos, suscetíveis de causar perigos como asfixia, intoxicações, perfuração ou obstrução do aparelho digestivo.

São consideradas imitações perigosas as seguintes categorias de produtos, previstas no nº 2 do art. 2º do DL em causa:

- a)** Os produtos que, não sendo géneros alimentícios, possuam o aspeto, a forma, a cor, o cheiro, o acondicionamento, a rotulagem, o volume, as dimensões, ou qualquer combinação destas características, suscetíveis de induzir os consumidores, em especial as crianças, a confundi-los com produtos alimentares;
- b)** Os produtos cuja aparência incite os consumidores a dar-lhes uma utilização diferente daquela para que foram concebidos.

Cabe, atualmente, à DGC decidir sobre a perigosidade deste tipo de produtos e tomar medidas relativamente aos mesmos, nomeadamente, notificando as entidades competentes para procederem à sua retirada do mercado, nos termos do art. 2º, nº 2, als. f), k), q) e r) do Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril.

“Segundo os estudos efetuados pela Comissão das Comunidades Europeias, é bastante elevado o número de pessoas que, anualmente, no espaço comunitário, são vítimas de acidentes com produtos de consumo, excluídos os acidentes de trabalho e viação.

Em Portugal, onde a proteção da saúde e da segurança constitui um direito dos consumidores legalmente garantido, a situação é igualmente preocupante, sobretudo no domínio dos acidentes com crianças.

Pretende o presente diploma adotar medidas tendentes a impedir o fabrico, a importação, a exportação ou a comercialização de produtos, vulgarmente conhecidos por imitações perigosas, contribuindo assim para a prevenção destes acidentes (...).”

3.4.1.O estudo de uma decisão da DGC sobre imitações perigosas como atividade do estágio

No decurso do estágio realizado, procedi ao estudo das ações realizadas pela DGC e das decisões tomadas neste âmbito. Este estudo permitiu-me esclarecer como se desenrolam as avaliações deste tipo de produtos, desde a aquisição/colheita dos mesmos no mercado, aos ensaios laboratoriais realizados, até o momento da confirmação da sua perigosidade, que fundamenta, nomeadamente: - a retirada desses produtos do mercado, quando apresentam riscos graves para a saúde e segurança dos consumidores; - a emissão de recomendação aos operadores económicos, quando os riscos apresentados são de menor gravidade.

Apresentarei um processo decisório que diz respeito a sabonetes que, pelas suas características (forma, cor e aroma, entre outras), constituem imitações perigosas de géneros alimentícios.

PROCESSO nº X/DGC

SABONETES EM FORMA DE FRUTOS

IMITAÇÕES DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

PRODUTO

1	Categoria de produtos	Produtos cosméticos e de higiene corporal
2	Denominação do produto	Sabonetes
3	Código e lote	XXX
4	Marca	XXX

5	Caraterísticas do produto/da categoria de produtos	Embalagem com 5 sabonetes, com formato, cor e cheiro a frutos – morango, limão, banana, pêssago e maçã – (5x25g)
6	Público a que se destina	A todos os consumidores em geral

ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO

7	Legislação relevante	<ul style="list-style-type: none"> • DL nº 150/90, de 10 de maio • DL nº 69/2005, d e 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Dec. Reg. nº 38/2012, de 10 de abril
8	Regulamentos/Normas aplicáveis ao produto	<p>O produto foi ensaiado de acordo coma as normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – NEN-EN- 716-2:2008; – EN 71-1- <p>O produto foi, igualmente, ensaiado de acordo com a metodologia SOP CHE01-WV481, para deteção de detergente.</p>

OPERADORES ECONÓMICOS

9	Origem/identificação do fabricante	<p>País de origem: Reino Unido</p> <p>Identificação do fabricante: não identificado</p> <p>Identificação do importador: não identificado</p>
10	Identificação do distribuidor	XX

11	Forma de comercialização/canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: XX - XXXX
12	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação comunitária conjunta de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta deliberação), o produto foi ensaiado pela <i>Netherlands Food and Consumer Product Safety Authority</i> (NFCPSA), de acordo com a norma NEN-EN-716-2:2008 (ponto 5.5 – ensaio de resistência à mordedura) e norma EN 71-1 (ponto 8.2 - cilindro de pequenas peças) – Segurança de Brinquedos – Propriedades mecânicas e físicas. O produto foi, igualmente, ensaiado de acordo com a metodologia SOP CHE01-WV481, para deteção de detergente.</p> <p>A NFCPSA remeteu, em 16.08.2012, o relatório de ensaios com as seguintes referências: Code: PT – 33, Internal Code: 54758936, de onde se extrai que o produto não cumpre os requisitos do ponto 5.5 da norma NEN-EN-716-2:2008 e do ponto 8.2 da norma NP EN 71-1. De acordo com o relatório de ensaios, a amostra sabonete foi submetida ao ensaio de resistência à mordedura tendo-se soltado uma pequena parte do produto, a qual entra completamente no cilindro de peças pequenas. Extrai-se,</p>

		também, que foi detetada a presença de detergente no produto.
13	Medidas já adotadas	
14	Não conformidades	As referidas no ponto 12 da presente deliberação.
15	Riscos	<p>Com base no relatório de ensaios elaborado pela NFCPSA e atendendo às não conformidades detetadas, o produto é suscetível de apresentar riscos para a saúde e segurança dos consumidores, nomeadamente de sufocação ou asfixia (por originar peças pequenas que entram completamente no cilindro de pequenas peças), de pneumonia química (por conter detergente) e por ser suscetível de induzir os consumidores, em particular crianças de tenra idade, a confundi-lo com géneros alimentícios (frutos).</p> <p>Com base no relatório de ensaios elaborado pela NFCPSA e considerando que o produto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Origina peças pequenas que entram completamente no cilindro de pequenas peças; - Contém detergente; e - é suscetível de induzir os consumidores, em particular crianças de tenra idade, a confundi-lo com géneros alimentícios (por exemplo frutos), o produto pode por isso apresentar riscos de sufocação / asfixia ou pneumonia química.

16	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
-----------	------------------------------------	--------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES

17	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação comunitária conjunta de vigilância de mercado, referida no ponto 19. Desta deliberação, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica procedeu à colheita do produto no mercado.
18	Avaliação de risco	<p>Foi efetuada uma avaliação do risco, de acordo com critérios uniformemente adotados por todos os Estados membros participantes na ação conjunta referida, e à luz da metodologia proposta pela Comissão Europeia. Dessa avaliação resulta que o risco de lesões apresentado pelo produto é de “risco baixo”, considerando os seguintes fatores:</p> <p><u>No cenário 1:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- A probabilidade de uma criança se encontrar sem a vigilância de um adulto é “média”;- A probabilidade de a criança morder o sabonete e de tentar engoli-lo é “elevada”;- A probabilidade de pequenas partes de sabonete se alojarem na laringe da criança e de bloquearem parcialmente as vias respiratórias é “muito baixa”;- A probabilidade da criança asfixiar é “muito baixa”. <p><u>No cenário 2:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- A probabilidade de um consumidor

		<p>confundir o produto com um fruto é “média”;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A probabilidade de um consumidor morder e engolir um pequeno bocado do produto é “média”; - A probabilidade de o produto causar reação adversa no organismo do consumidor de esta vomitar é “muito baixa”; - A probabilidade de resíduos do produto irem para os pulmões e de causarem pneumonia química é “muito baixa”. <p>Conjugando todos estes fatores, obtém-se a classificação de “risco baixo”.</p>
19	Observações complementares	<p>Está em curso uma ação comunitária conjunta de vigilância do mercado sobre “Imitações de géneros alimentícios”, apoiada financeiramente pela Comissão Europeia e que conta com a participação da Áustria, Chipre, Eslováquia, Grécia, Holanda, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polónia e Portugal. A nível nacional participam a Direção-Geral do Consumidor e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.</p> <p>Efetuada a audiência dos interessados, ao abrigo dos nºs. 1 dos artigos 100º e 101º ambos do Código de Procedimento Administrativo, o operador económico não se pronunciou.</p>

DELIBERAÇÃO

20		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores e por se tratar de uma prática comercial que não pode ser incentivada, a Direção-Geral do Consumidor, no âmbito das suas atribuições, delibera: a) No âmbito do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 150/90, de 10 de maio e nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril, recomendar ao agente económico “XX”, que:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cumpra as regras de segurança previstas na lei;• Evite comercializar produtos que não sendo géneros alimentícios possuam, nomeadamente, o aspeto, a forma, a cor, o cheiro, o acondicionamento, a rotulagem, o volume, as dimensões, ou qualquer
----	--	---

		<p>combinação destas características, que sejam suscetíveis de induzir os consumidores, em especial crianças, a confundi-los com produtos alimentares, e, por esse motivo, os levem à boca, os chupem, ingiram ou aspirem, com eventuais riscos de asfixia, sufocação, intoxicação, perfuração ou obstrução do aparelho digestivo;</p> <p>b) Proceder ao arquivamento do presente processo, salvaguardando-se a sua reabertura caso sejam apresentados novos elementos;</p> <p>c) Comunicar o teor da presente deliberação à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira; d) Tornar pública a presente deliberação.</p>
21	Data	27 de fevereiro de 2013

4. A fiscalização dos mercados

Pretendo, nesta fase, tratar de questões mais práticas que envolvem as ações de prevenção e reparação de situações que representam riscos para os consumidores. Trata-se de ações de vigilância dos mercados, exercidas pelas entidades competentes para a defesa dos consumidores em conjunto com as autoridades que

fiscalizam os produtos e serviços de consumo acessíveis aos consumidores. Nestes casos, quando se fala em consumidores, está-se a referir à generalidade dos consumidores, como destinatários de produtos que podem comportar riscos para a sua saúde, e não apenas aos consumidores considerados mais vulneráveis.

4.1. O papel da DGC e das Autoridades de Controlo dos Mercados na garantia da segurança dos consumidores

Considero adequado começar pelo esclarecimento do conceito de fiscalização dos mercados.

Trata-se de um conjunto de atividades e medidas das autoridades públicas para assegurar que os produtos cumprem os requisitos estabelecidos na legislação comunitária de harmonização aplicável ou que não apresentam um perigo para a saúde, a segurança dos consumidores.

A matéria da fiscalização dos mercados encontra-se prevista no Regulamento 765/2008, do Parlamento Europeu, de 9 de julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização dos mercados relativos à comercialização de produtos³⁵. No entanto, o Regulamento só

³⁵ Ver DL nº 23/2011, de 11 de fevereiro, que visa reforçar o funcionamento da legislação comunitária e assegurar a execução e a adaptação do Regulamento 765/2008 na ordem jurídica nacional. Não obstante a obrigatoriedade da aplicação direta do referido Regulamento em todos os Estados-Membros, torna-se necessário proceder à tipificação das condutas dos operadores económicos que constituem infração a esse instrumento comunitário e estabelecer as respetivas sanções na ordem jurídica nacional, bem como definir os termos da articulação deste novo regime sancionatório com aquele que se encontra já em vigor para produtos abrangidos por legislação comunitária de harmonização. O presente DL estabelece as disposições necessárias à aplicação dos requisitos de acreditação e de fiscalização dos mercados e controlo das fronteiras, nomeadamente de produtos com marcação “CE” – marcação através da qual o fabricante evidencia que o produto cumpre todos os requisitos

deverá ser aplicado na medida em que não existam disposições especiais com objetivos, natureza ou efeitos noutras normas, vigentes ou futuras, de legislação comunitária de harmonização.

A Diretiva 2001/95/CE, já tratada anteriormente, define regras destinadas a garantir a segurança dos produtos de consumo. Contudo, para se atingir um nível mais elevado de proteção, os mecanismos de fiscalização dos mercados deverão ser reforçados no que respeita aos produtos que apresentam risco grave³⁶, tendo em consideração os princípios consagrados no Regulamento 765/2008, de 9 de julho³⁷.

A atividade de vigilância dos mercados é levada a cabo, num esforço conjunto, por autoridades nacionais que exercem funções no domínio da defesa dos consumidores e por autoridades nacionais de fiscalização dos mercados, por via da troca de informações relativas a produtos que suspeitem apresentar riscos.

Em Portugal a DGC é a autoridade competente no domínio da proteção dos consumidores, cabendo-lhe a tarefa de decidir sobre a perigosidade dos produtos não alimentares que não possuam legislação específica e controlar o cumprimento da Obrigação Geral de Segurança, de acordo com o DL n.º 69/2005, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.

No âmbito do controlo da segurança geral de produto, sempre que a DGC tenha conhecimento de que um produto apresenta riscos para os consumidores, requerer, caso se justifique, a realização de ensaios laboratoriais para a confirmação da eventual perigosidade que o produto

aplicáveis, previstos na legislação comunitária de harmonização que prevê a sua aposição - estabelecidos nos arts. 30.º e ss. do Regulamento 765/2008.

³⁶ As situações de risco grave, exigem uma intervenção rápida, que pode levar a que o produto seja imediatamente retirado ou recolhido do mercado ou que a sua disponibilização no mercado seja proibida. Nessas situações, importa dispor de acesso ao sistema de troca rápida de informação entre os Estados-Membros e a Comissão.

³⁷ Arts. 1.º a 14.º e 20.º do referido Regulamento, e também, pontos 47 e 48 do seu preâmbulo.

possa apresentar. Depois de se confirmar a perigosidade do produto e o nível de risco que apresenta (muito baixo, baixo, moderado, alto ou muito alto), a DGC emite uma decisão e comunica às autoridades de fiscalização dos mercados para que procedam às ações de reparação da situação de risco criada com a colocação dos produtos no mercado.

Em Portugal são autoridades de fiscalização dos mercados as seguintes: a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica)³⁸, o INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde), o IMT, I.P. (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), a PSP (Polícia de Segurança Pública), e a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira).

Antes de tratar das competências específicas das referidas autoridades no que respeita à proteção dos consumidores contra produtos perigosos, devo referir que os operadores económicos e os consumidores não estão isentos da tarefa de avisar as entidades competentes, sempre que se encontrem na presença de um produto que apresente risco.

Os operadores económicos são os primeiros responsáveis pela segurança dos produtos que colocam no mercado e pelos serviços que prestam. No entanto, os consumidores podem, também, colaborar para a obtenção de um mercado mais seguro. Assim, se um consumidor suspeitar da existência de um produto perigoso ou de uma prestação de serviços perigosa deverá, imediatamente, participar tal facto às autoridades competentes pelo controlo dos mercados.

³⁸ Cujo regime encontra regulação no DL nº 194/2012, de 23 de agosto, que estabelece como missões da ASAE a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas, nos setores alimentares e não alimentares, bem como a avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, sendo o organismo nacional de ligação com as suas entidades congéneres, a nível europeu e internacional. É também, a entidade que mais acompanha a DGC na atividade de fiscalização de produtos perigosos.

Os arts. 6º a 8º do DL nº 69/2005 estabelecem que os produtores³⁹ e os distribuidores⁴⁰ têm a obrigação de tomar medidas, com base nas informações de que dispõem enquanto profissionais, que permitam dar conhecimento dos riscos apresentados pelos produtos às entidades de defesa dos consumidores, para que possam garantir, de forma eficaz, a segurança dos mesmos.

A cooperação da DGC, enquanto entidade de vigilância do mercado, com as entidades de fiscalização dos mercados, permite reparar as situações de risco criadas com a colocação de produtos perigosos em contato com os consumidores.

O Regulamento 765/2008 estabelece os parâmetros de fiscalização dos mercados e exige o cumprimento dos requisitos que asseguram um elevado nível de proteção do interesse público em domínios como a saúde e a segurança em geral, a saúde e a segurança no local de trabalho, a defesa do consumidor e a proteção do ambiente.

Nos seus arts. 19º e ss, o presente Regulamento prevê a competência das autoridades de fiscalização dos mercados para a tomada de medidas que proíbam a comercialização de produtos perigosos, restringindo a sua colocação nos mercados e exigindo a sua retirada⁴¹ ou recolha⁴² de junto dos consumidores.

³⁹ Segundo a al. e) do art. 3º, al.f) do DL 69/2005, é considerado Produtor: *“i) O fabricante de um produto que se encontre estabelecido na União Europeia ou qualquer pessoa que se apresente como tal ao apor o seu nome, marca ou outro sinal distintivo do produto ou que proceda à sua recuperação; ii) O representante do fabricante, quando este não se encontre estabelecido na União Europeia ou, na sua falta, o importador do produto na União Europeia; ou, ainda, iii) Outros profissionais da cadeia de comercialização, na medida em que as respetivas atividades possam afetar as características de segurança do produto colocado no mercado;”*

⁴⁰ Segundo a al. f) do mesmo artigo, *“é considerado Distribuidor o operador profissional da cadeia de comercialização, cuja atividade não afete as características de segurança do produto.”*

⁴¹ O art. 2º, nº 15 do Regulamento 765/2008 considera retirada *“a medida destinada a impedir a disponibilização no mercado de um produto no circuito comercial.”*

Antes da adoção de qualquer dessas medidas, dá-se a oportunidade aos operadores económicos de serem ouvidos dentro de um prazo razoável, salvo nos casos de urgência - casos de risco muito elevado para a saúde e segurança dos consumidores que impõem uma tomada imediata das medidas de proteção referidas (por via da destruição ou inutilização dos produtos).

Essas medidas devem ser imediatamente comunicadas ao operador económico que pelas mesmas poderá vir a ser afetado, com a indicação das vias de recurso e respetivos prazos. Ela serão, também, comunicadas às alfândegas (caso se conclua no sentido da existência do risco) para efeitos de controlo de produtos provenientes de um país terceiro.

Para concluir esta ordem de ideias, devo dizer que elas são também comunicadas à CE, por via de notificação (no âmbito do sistema RAPEX) que permite dar conhecimento da presença de produtos perigosos no mercado comunitário.

Tais medidas serão alteradas ou revogadas logo que o operador económico demonstre que tomou medidas eficazes para resolver a situação de perigo ou logo que apresente relatórios de ensaio ou certificados que atestem a conformidade dos produtos⁴³, desde que tais certificados tenham sido emitidos por organismos competentes para a avaliação da conformidade⁴⁴.

⁴² O nº 14 do mesmo artigo considera *recolha* “a medida destinada a obter o retorno de um produto que já tenha sido disponibilizado ao utilizador final.”

⁴³ Como exemplo tem-se a *Marcação CE*, definida pelo art. 2º, nº 20 do Regulamento 765/2008 como “a marcação através da qual o fabricante evidencia que o produto cumpre todos os requisitos aplicáveis, previstos na legislação comunitária de harmonização que prevê a sua aposição.”

⁴⁴ O nº 12 do referido art. 2º define a avaliação da conformidade como “o processo de verificação através do qual se demonstra o cumprimento dos requisitos específicos aplicáveis a um dado produto, processo, serviço, sistema, pessoa ou organismo.”

As Autoridades de fiscalização dos mercados podem exigir aos operadores económicos a apresentação de documentos e informações que considerem necessários para o exercício das suas funções e, sempre que necessário e justificado, o acesso às instalações dos operadores económicos em causa e recolha de amostras representativas dos produtos que sejam necessárias. Por fim, devem também alertar os consumidores para os riscos que tenham identificado relativamente a qualquer produto, a fim de reduzir as possibilidades de lesão.

Os operadores económicos podem tomar *medidas voluntárias* que evitem o contato dos consumidores com certos produtos, por via do cumprimento do dever de informação dos riscos existentes. Caso tal não aconteça, e após o conhecimento dos riscos pelas autoridades de fiscalização, os operadores económicos vêm-se submetidos a *medidas obrigatórias*, como é o caso da retirada ou recolha forçada dos produtos de junto dos consumidores.

Relacionada com o referido Regulamento está a Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro que, com vista a garantir a segurança dos consumidores, estabelece os parâmetros da fiscalização dos mercados, exigindo o cumprimento das disposições comunitárias em matéria de segurança geral de produtos. A presente Diretiva promove o funcionamento em rede europeia das autoridades de fiscalização competentes dos Estados-Membros, a fim de se obter uma maior colaboração a nível operacional no domínio da vigilância dos mercados e de outras atividades de fiscalização, nomeadamente a avaliação de riscos técnicos e científicos, a execução de projetos conjuntos na área da vigilância e localização, a retirada ou a recolha de produtos perigosos. A Diretiva prevê no nº 24 do seu preâmbulo o seguinte: “Os *Estados-Membros devem delinear estratégias sistemáticas que permitam assegurar a eficácia da vigilância do mercado e outras medidas de*

*fiscalização, garantindo a sua transparência face ao público e às partes interessadas”.*⁴⁵

Relativamente aos atos que representem infrações aos direitos dos consumidores à saúde e segurança, estão previstas no art. 26º, nº 1 do DL nº 69/2005, as seguintes condutas passíveis de contraordenação:

- a) O não fornecimento das informações relevantes que possibilitem aos consumidores avaliar os riscos inerentes a um produto sempre que esses riscos não sejam imediatamente perceptíveis sem a devida advertência;
- b) A falta de indicação, no produto ou na respetiva embalagem, da identidade e do endereço do produtor, bem como do responsável pela colocação do produto no mercado e respetivas instruções de uso;

⁴⁵ **Art. 8º da Diretiva 2001/95/CE:**

“1. Para efeitos da presente diretiva, em especial do artigo 6º, as autoridades competentes dos Estados-Membros dispõem dos poderes necessários para tomar, designadamente, as medidas constantes da alínea a) e das alíneas b) a f) do presente número sempre que necessário:

a) *Em relação a qualquer produto: i) organizar as verificações que se impuserem quanto às características de segurança de um produto, a uma escala adequada e até à última fase de utilização ou de consumo, mesmo que determinado produto tenha sido comercializado como seguro, ii) exigir às partes interessadas a prestação das informações necessárias, iii) recolher amostras de produtos a fim de as submeter a testes de segurança;*

b) *Em relação a qualquer produto suscetível de apresentar riscos em determinadas condições: i) exigir que o produto seja acompanhado das advertências adequadas, redigidas de forma clara e facilmente compreensível, sobre os riscos que possa apresentar, nas línguas oficiais do Estado-Membro em que for comercializado, ii) sujeitar a colocação do produto no mercado a condições prévias destinadas a garantir a segurança desse produto;*

c) *Em relação a qualquer produto suscetível de apresentar riscos para determinadas pessoas: ordenar que essas pessoas sejam advertidas desse risco, oportuna e corretamente, nomeadamente através da publicação de advertências especiais;*

d) *Em relação a qualquer produto suscetível de ser perigoso: proibir temporariamente, durante o período necessário para efetuar os diferentes controlos, verificações ou avaliações de segurança, o fornecimento, a proposta de fornecimento ou a exposição do produto.”*

- c)** (...);
- d)** A não realização por parte do produtor e nos casos em que tal seja adequado de ensaios por amostragem, bem como a falta de informação ao distribuidor sobre o controlo efetuado;
- e)** O fornecimento de produtos relativamente aos quais os produtores e ou os distribuidores saibam ou devam saber, de acordo com as informações de que dispõem, que não cumprem a obrigação geral de segurança;
- f)** A não comunicação às entidades competentes de que o produto colocado no mercado apresenta riscos incompatíveis com a obrigação geral de segurança, quando o produtor ou o distribuidor tenha ou deva ter conhecimento desse facto;
- g)** (...);
- h)** O não cumprimento de medidas ordenadas pelas entidades competentes, nomeadamente as que imponham a retirada do mercado ou a recolha do produto junto dos consumidores.

Relativamente às sanções aplicáveis, estão estatuídas nos nºs 2 e ss. do art. 26º do mesmo DL. Tendo em conta as alíneas do nº1 do presente artigo, apresentadas acima, estão previstas as seguintes sanções:

- A contraordenação prevista na alínea **a)** do número 1 deste artigo é punível com coima de E 2490 até E 3490 ou de E 12 470 até E 44 890, consoante o infrator seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- As contraordenações previstas nas alíneas **b)**, **c)** e **d)**, também do nº 1 do referido artigo, são puníveis com coima de E 2490 até E 3490 ou de E 7480 até E 24 940, consoante o infrator seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

- As contraordenações previstas na alíneas **e)**, **f)**, **g)** e **h)**, também do nº 1 do mesmo artigo, são puníveis com coima de E 2490 até E 3490 ou de E 24 940 até E 44 890, consoante o infrator seja pessoa singular ou coletiva.
- A tentativa e a negligência são puníveis.

Cumpre, finalmente, referir que a Diretiva 2001/95/CE prevê que cabe a cada Estado determinar as entidades competentes para defender e proteger a segurança e saúde dos seus consumidores⁴⁶.

4.2. A análise de ações de vigilância sobre calçado e vestuário para crianças, levadas a cabo pela DGC, como atividade do estágio

Procedo neste momento à apresentação de ações de vigilância de mercado, com base em informações fornecidas pela minha supervisora e estudadas por mim, na condição de estagiária.

O trabalho da DGC na verificação da perigosidade dos produtos de consumo, que eu pude acompanhar, começa com a recolha de amostras nos mercados, passando por análises laboratoriais, até se chegar à fase

⁴⁶ **Art. 6º da Diretiva 2001/95/CE:**

“1. Os Estados-Membros devem garantir que os produtores e os distribuidores cumpram as obrigações que lhes incumbem em aplicação da presente diretiva, de modo a que os produtos colocados no mercado sejam seguros.

2. Os Estados-Membros deverão criar ou designar as autoridades competentes para a verificação da conformidade dos produtos com a obrigação geral de segurança, providenciando no sentido de que as referidas autoridades detenham e exerçam os poderes necessários para tomarem as medidas adequadas que lhes incumbem em aplicação da presente diretiva.

3. Os Estados-Membros deverão definir as atribuições, as competências, a organização e as regras de cooperação das autoridades competentes. Do facto manterão informada a Comissão, que transmitirá essa informação aos demais Estados- -Membros.”

da notificação dos operadores económicos da conclusão a que se chegou quanto ao perigo apresentado pelos produtos analisados. Após a manifestação dos mesmos em relação à notificação, a DGC toma uma decisão, no sentido que garanta a maior proteção dos consumidores.

A DGC, através da Direção de Serviços de Direito do Consumo, apresentou uma candidatura ao eixo de atuação – D – Estudos, pareceres e análises técnico-científicas em matéria de segurança geral dos serviços e bens de consumo, no âmbito da qual foi apresentado um projeto para desenvolvimento de duas ações de vigilância de mercado a incidir em produtos que não têm legislação específica – calçado e vestuário de criança.

A candidatura em causa mereceu a concordância da Comissão de Gestão Técnica do Fundo, em parecer de 24 de junho de 2013, tendo sido assim aprovada nos termos do previsto no artigo 10º da Portaria nº 1340/2008, de 26 de novembro.

4.2.1. O desenvolvimento da ação de vigilância de mercado entre outubro de 2013 e maio de 2014 – calçado

A fim de dar execução ao estudo técnico e científico sobre calçado, a DGC adquiriu amostras de calçado que foram submetidas a ensaios laboratoriais pelo CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, laboratório acreditado em Portugal a quem se adjudicou a prestação do serviço.

Concluídos os trabalhos, o CTCP remeteu os boletins de ensaios que foram depois analisados com vista à promoção das respetivas decisões.

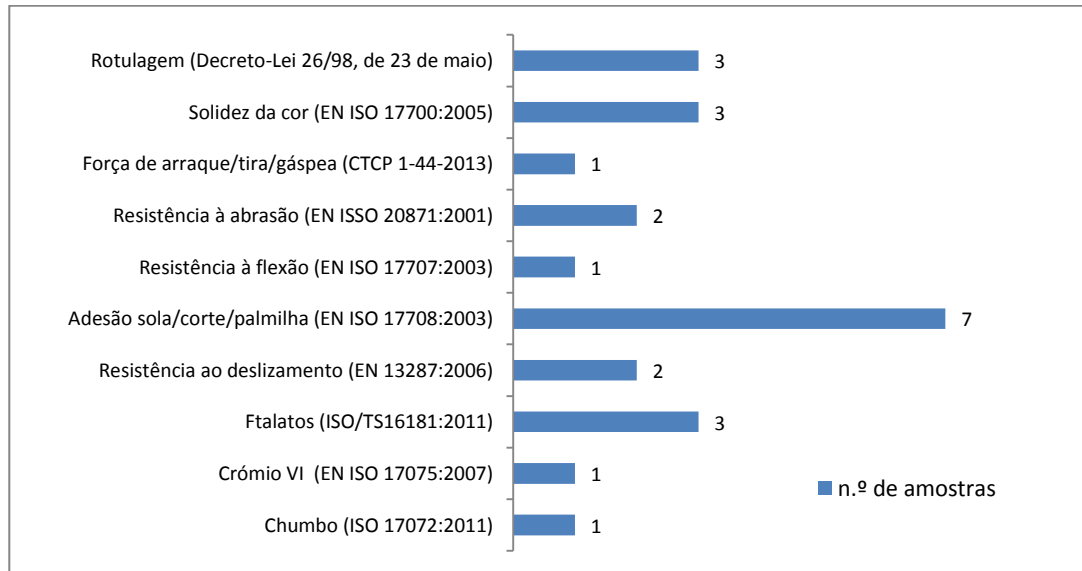
Para esse efeito, realizou uma prospeção do mercado e selecionou 20 amostras de calçado que foram adquiridas aleatoriamente em estabelecimentos comerciais (ex. hipermercados e sapatarias) tendo em conta, nomeadamente, o tipo (sabinas, sapatos com ou sem salto, botas, sapatos clássicos, sapatos ortopédicos, sapatilhas/ténis, galochas e sapatinhos de bebé), os grupos etários (bebé, criança, adulto e idosos) e a composição (couro, têxtil e sintéticos).

Estas amostras foram, posteriormente, enviadas ao Centro Tecnológico do Calçado de Portuga para efeitos de ensaios físicos e químicos e verificação da rotulagem, de acordo com as normas técnicas e legislação aplicáveis, a saber:

- i. DL nº 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril.
- ii. Regulamento (CE) nº 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).
- iii. Norma ISO TR 16178: 2012 – Calçado – substâncias críticas potencialmente presentes no calçado e seus componentes.

Concluídos os ensaios laboratoriais, verificou-se que apenas 3 amostras estavam conformes. Nas restantes 17 amostras foram detetadas não conformidades a nível químico (Chumbo, Crómio VI e Ftalatos) e/ou a nível físico (adesão sola/corte deslizamento, solidez da cor e resistência a abrasão). Algumas das amostras não cumpriam, ainda, o estipulado na legislação aplicável no que respeita à rotulagem.

Para melhor compreensão apresento o quadro demonstrativo das não conformidades detetadas, que me foi fornecido:



Relativamente aos produtos não conformes, a DGC considerou que 2 deles apresentavam risco grave para os consumidores, pelo que solicitou às autoridades de fiscalização do mercado a sua retirada do mercado. No que respeita a 15 produtos, cujo risco foi considerado médio ou baixo, a DGC recomendou aos respetivos operadores económicos que procedessem à correção das não conformidades detetadas e sensibilizou-os para a necessidade de observância das normas técnicas aplicáveis e de apenas colocarem produtos seguros no mercado.

Considerando a importância do calçado português na economia nacional e a necessidade de se garantir a saúde e segurança dos consumidores, a Direção Geral deu conhecimento dos resultados destas ações à associação representativa da indústria do calçado – APICAPS.

4.2.2. O desenvolvimento da ação de vigilância de mercado entre outubro de 2014 e abril de 2015 – vestuário para criança

Enquanto estagiária acompanhei a avaliação de risco que foi efetuada para cada produto, bem como a adoção das decisões finais tomadas após a audiência de interessados nos termos dos arts. 100º a 102º do Código do Processo Administrativo.

Para este tipo de produto realizou-se uma prospeção de mercado para análise e deteção do vestuário com interesse para o estudo. Essa prospeção foi circunscrita aos estabelecimentos comerciais da área onde foram colhidas as amostras submetidas a ensaio.

Os produtos seleccionados para integrar o estudo foram adquiridos aleatoriamente em estabelecimentos da grande Lisboa – hipermercados, “lojas de pronto a vestir” e outros estabelecimentos. O número de amostras ronda os 30 exemplares de modo a ser o mais representativo possível e de molde a abarcar todo o tipo de vestuário (t-shirt, roupa interior, pijamas, fatos de banho, etc).

Visava-se avaliar a qualidade e segurança de modo a salvaguardar a saúde dos consumidores, nomeadamente dos grupos mais vulneráveis. Para isso foram realizadas análises de toxicidade em laboratório acreditado⁴⁷.

De acordo com as linhas diretrizes do RAPEX, a DGC fez uma avaliação do risco nas amostras que apresentaram não conformidades com as normas técnicas aplicáveis, por forma a deliberar sobre os

⁴⁷ O CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal é o laboratório acreditado com aptidão técnica para realizar os ensaios no vestuário.

produtos considerados perigosos, bem como os que não apresentaram quaisquer não conformidades.

Com o estudo dessas ações pude verificar que os riscos existentes para os consumidores não derivam apenas dos produtos em si, mas também do tipo de consumidor que os adquire e do uso que dá aos mesmos.

4.3. A criação da brochura sobre pírcingues como atividade do estágio

No âmbito da proteção da saúde e segurança dos consumidores, foi-me possível conhecer a fundo a atuação da DGC em tudo o que respeita à prevenção de riscos derivados de fatores, como a falta de informação – forma de disponibilizar conhecimentos aos consumidores, enquanto parte mais vulnerável na relação de consumo, permitindo-lhe fazer escolhas esclarecidas e em segurança.

Uma das atividades de que pude tomar parte foi a criação da brochura sobre pírcingues, cujo objetivo é de fornecer aos consumidores as mais amplas informações sobre os riscos existentes na colocação dos pírcingues, de modo a evitar danos desnecessários, que podem ser evitados por uma simples leitura da referida brochura.

A função da DGC não é de encorajar ou desencorajar a colocação dos pírcingues, mas de manter informados os consumidores quanto às formas de cuidado a ter, e evitar o seu contacto com situações que representam perigo para a sua saúde.

Neste sentido, criou-se a brochura que contém as seguintes e exatas informações (recolhidas e devidamente analisadas e ponderadas por mim, na condição de estagiária e pelas atenciosas funcionárias do Departamento da segurança dos consumidores da DGC):

PÍRCINGUE – adorno de diferentes formas que é introduzido na pele, mucosas e cartilagens após a realização de um orifício (perfuração).

EM PORTUGAL – não existe regulamentação específica aplicável à atividade profissional de colocação de pírcingues. No entanto, o acesso à atividade e os requisitos gerais do seu exercício são definidos pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro, que estabelece a disciplina legal aplicável a diversas atividades de comércio, serviços e restauração. Existem, também, boas práticas que devem ser observadas pelos profissionais e exigidas pelos consumidores.

PÍRCINGUE: COLOCAR...OU NÃO COLOCAR?

Não ceda a impulsos, nem se precipite!

Leia atentamente este folheto e fale com o seu médico pois existem riscos para a saúde que deve conhecer.

Qualquer prática que envolva a perfuração da pele, mucosas ou cartilagem pode originar complicações, tais como:

INFEÇÕES – se o profissional não adotar boas práticas de higiene (tais como, utilização de materiais descartáveis, esterilização do equipamento e limpeza das instalações) existem riscos de contrair inflamações e abscessos causados por bactérias ou até doenças tais como o vírus VIH/sida e hepatite.

HEMORRAGIA/DOR EXCESSIVA – pode ocorrer sangramento excessivo, que exige cuidados médicos, e dor forte que pode levar à perda temporária dos sentidos. Estes efeitos dependem da resistência/sensibilidade e do estado de saúde de cada consumidor.

REAÇÕES ALÉRGICAS – podem ocorrer se o material de que é feito o pírcingue não for adequado. Alguns pírcingues contêm níquel –

metal de coloração branco-prateada – que se pode libertar ao entrar em contato com a pele, originando reações alérgicas.

A aplicação de pírcingues provoca feridas que podem demorar algum tempo a cicatrizar. O tempo de cicatrização depende do local onde o pírcingue é aplicado, do tipo de material utilizado, da destreza do profissional e dos cuidados após a sua aplicação.

CUIDADOS A OBSERVAR ANTES. DURANTE E DEPOIS...

Fale com o seu médico sobre a possibilidade de colocar um pírcingue. Deve saber que alguns problemas de saúde (ex. diabetes, doenças cardíacas VIH/sida, hepatites B ou C, epilepsias) podem condicionar a aplicação de pírcingues;

Se conhece alguém que tenha colocado um pírcingue recentemente, procure esclarecer dúvidas que eventualmente possa ter;

Visite vários estabelecimentos/estúdios, compare-os e peça informações sobre os procedimentos adotados na aplicação do pírcingue, eventuais riscos e cuidados que deverá observar após a sua colocação;

Opte sempre por estabelecimentos que garantam o cumprimento das normas de higiene e de prevenção de riscos de transmissão de operadores infecciosos;

Procure saber se o profissional tem experiência na colocação de pírcingues e como adquiriu os conhecimentos;

Os cuidados a observar após a colocação do pírcingue devem ser explicados ao consumidor antes da colocação do adorno, por isso não hesite em solicitar ao profissional que essa explicação seja também prestada por escrito;

Confirme, no momento da colocação do pírcingue, se o profissional usa material descartável, nomeadamente, agulhas, seringas, luvas e máscara, que deve ser aberto à sua frente;

Respeite e siga cuidadosamente as recomendações do profissional;

Observe regularmente a zona onde colocou o pírcingue e consulte o médico em caso de ocorrência de alguma reação anómala.

Assim, foi criada a brochura com os conselhos dados pela DGC aos consumidores sobre os riscos que não devem ser ignorados em atividades que impliquem a perfuração da pele.

4.4. A criação da brochura da páscoa como atividade do estágio

Ainda no que toca ao direito dos consumidores à informação, pude participar da criação da brochura da páscoa, que permite o acesso dos consumidores a informações que, sendo tidas em conta, previnem eventuais acidentes que possam ocorrer.

Da brochura constam as seguintes informações:

Nesta Páscoa, quando comprar os ovos de chocolate para oferecer à família e amigos, deve saber que existe legislação aplicável aos produtos de cacau e de chocolate destinados à alimentação humana.

Trata-se do **Decreto-Lei n.º 229/2003, de 27 de setembro**, que define estes produtos e que permite a adição de gorduras vegetais aos produtos de chocolate.

O cacau é um produto natural e o chocolate é uma combinação de sólidos de cacau, açúcar, aditivos e eventualmente leite.

Aos produtos de chocolate, para além da manteiga de cacau, **podem ser adicionadas gorduras vegetais que não podem exceder 5%** do produto acabado após dedução da massa total das outras matérias comestíveis eventualmente utilizadas, e sem qualquer redução dos teores mínimos de manteiga de cacau ou de matéria seca total de cacau.

Este diploma estabelece as denominações de venda e as características dos produtos de cacau e chocolate.

Define também o que é a “manteiga de cacau”, o “chocolate de leite”, o “chocolate branco” e o “bombom de chocolate”, entre outros.

As matérias comestíveis que podem ser adicionadas aos produtos de chocolate não devem representar mais de 40% da massa total do produto acabado.

A Rotulagem

A rotulagem dos produtos de chocolate deve incluir a referência **«contém outras gorduras vegetais além da manteiga de cacau»**, que deve estar em evidência e ser claramente legível.

A referência **«contém outras gorduras vegetais além da manteiga de cacau»** deve apresentar-se:

- No mesmo campo visual da lista de ingredientes, mas distinguindo-se da mesma.
- Em caracteres a **negrito** que devem ser, pelo menos, do mesmo tamanho daqueles que são utilizados na lista de ingredientes.

A validade dos produtos

Não se deve esquecer de verificar a validade do produto. Em regra, para estes produtos que não se degradam rapidamente, são utilizadas expressões como:

- “Consumir de preferência antes de...” seguida da indicação do dia e do mês, para alimentos com uma duração inferior a 3 meses; ou
- “Consumir de preferência antes do fim de ...” seguida da indicação do mês e do ano, para alimentos com uma duração entre 3 a 18 meses ou simplesmente a indicação do ano, para alimentos com uma duração superior a 18 meses.

As guloseimas da Páscoa são irresistíveis para as crianças!

Lembre-se de que:

- Os ovos de chocolate podem ter brinquedos com peças pequenas ou que se podem soltar, constituindo perigo de asfixia para as crianças mais novas.
- As amêndoas podem também constituir perigo de sufocação para as crianças pequenas.

A vigilância dos pais e cuidadores é meio caminho andado para evitar acidentes.

O bom tempo convida ao passeio. Se viajar:

- Verifique o estado do seu veículo antes da viagem;
- Respeite rigorosamente o Código da Estrada e as normas de segurança rodoviária.
- Utilize sempre o cinto de segurança. Esta regra aplica-se quer ao condutor, quer aos restantes passageiros do veículo.
- Transporte as crianças com menos de 12 anos de idade e menos de 1,35 m de altura em cadeirinhas ou bancos elevatórios adaptados ao seu tamanho e peso.

ATENÇÃO

- Não consuma bebidas alcoólicas se for conduzir.

- Nunca utilize o telemóvel enquanto estiver ao volante.

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR.

5. Breve comparação das legislações de consumo de Cabo-Verde e Portugal (na área da segurança dos consumidores)

Antes de mais, devo referir que a matéria da segurança dos consumidores em Cabo-Verde é regulada apenas pela sua Constituição (CRCV)⁴⁸ e pela Lei 88/V/98, de 31 de dezembro, que aprova o regime jurídico de proteção e defesa dos consumidores e define as funções do Estado e das autarquias locais, os direitos dos consumidores e a intervenção das associações de consumidores.

Começarei por apresentar as matérias reguladas e depois as diferenças verificadas em cada uma, tendo em consideração as Leis Cabo-verdianas acima referidas e a Constituição e a LDC portuguesas, uma vez que, em Cabo-Verde, não existem os regulamentos e os Decretos-Lei correspondentes aos que existem em Portugal nas áreas da fiscalização dos mercados e dos pressupostos exigidos pela Obrigação Geral de Segurança.

Em primeiro lugar, devo considerar as Constituições dos dois países. A CRCV estabelece no seu art. 81º, nº1, que os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à adequada informação, à proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação dos danos sofridos pela violação de tais direitos. A CRP estabelece no seu art. 60º, nº 1, que os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à

⁴⁸ A Constituição da República de Cabo-Verde sofreu a 1ª Revisão Extraordinária em 1995, a 1ª Revisão Ordinária em 1999 e a 2ª Revisão Ordinária em 2010.

formação e à informação, à proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos. Não diferem em muito neste ponto, como se pode ver, mas nos pontos que se seguem já existem particularidades que permitem distingui-las.

No nº 2 do art. 81º da CRCV estabelece-se que os poderes públicos fomentam e apoiam as associações de consumidores e que a lei deve proteger os consumidores e garantir a defesa dos seus interesses. O art. 60º, nºs 2 e 3 da CRP não têm correspondência na CRCV, uma vez que esta não faz menções à matéria da publicidade e trata da questão do apoio do Estado às associações de defesa dos consumidores de forma geral (quando se refere ao apoio dos poderes públicos às associações dos consumidores) sem entrar nos detalhes da sua legitimidade processual para a proteção dos direitos daqueles. A CRP estabelece nos nºs 2 e 3 do seu art. 60º que a publicidade é disciplinada por lei e que são proibidas todas as formas de publicidade oculta, indireta ou dolosa; e também, que as associações de consumidores e as cooperativas de consumo têm direito, nos termos da lei, ao apoio do Estado e a ser ouvidas sobre as questões que digam respeito à defesa dos consumidores e que lhes é reconhecida legitimidade processual para defesa dos seus associados ou de interesses coletivos ou difusos.

Ainda no âmbito da comparação entre as Constituições dos dois países, devo referir que a matéria da defesa dos consumidores encontra regulação na Parte II da CRP, sobre a Organização Económica, estando prevista no seu art. 81º, alínea i) como uma das incumbências prioritárias do Estado no âmbito económico e social. Tal não acontece na CRCV que apenas prevê a matéria da defesa dos consumidores no seu referido art. 81º.

Em segundo lugar, devo proceder à comparação das leis básicas que regulam a matéria da defesa dos consumidores nos dois países.

Começo por dizer que em Portugal vigora, atualmente, a Lei de Defesa dos Consumidores - Lei nº 24/96, de 31 de julho, com as

alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2014 de 28 de julho - e em Cabo-Verde vigora a já referida Lei 88/V/98, de 31 de dezembro.

Relativamente ao conceito de consumidor, ambas as Leis estabelecem que é considerado consumidor todo aquele a quem sejam fornecidos bens, prestados serviços ou transmitidos quaisquer direitos, destinados a uso não profissional, por pessoa que exerça com carácter profissional uma atividade económica que vise a obtenção de benefícios.

Quanto ao âmbito das presentes leis, são abrangidos por ambas os bens, serviços e direitos prestados e transmitidos pelos organismos da Administração Pública, por pessoas coletivas públicas, por empresas de capitais públicos ou detidos maioritariamente pelo Estado, pelas regiões autónomas (apenas pela Lei nº 24/96, uma vez que em Cabo-Verde não existem regiões autónomas) ou pelas autarquias locais e por empresas concessionárias de serviços públicos.

A Lei 88/V/98 divide por 3 artigos as incumbências do Estado para a proteção dos consumidores. Estabelece no seu art. 4º (**Funções gerais de proteção do Estado e das autarquias locais**) o seguinte: “*1. Incumbe ao Estado e às autarquias locais proteger o consumidor, designadamente através do apoio à constituição e funcionamento das associações de consumidores, bem como à execução do disposto na presente lei. 2. A incumbência geral do Estado na proteção dos consumidores pressupõe a intervenção legislativa e regulamentar adequada em todos os domínios envolvidos.*”

Estabelece no art. 5º (**Função de formação e educação**) o seguinte: “*1. Incumbe ao Estado a promoção de uma política educativa para os consumidores, pela integração, através da concretização em programas e nas atividades escolares, bem como nas ações de educação permanente, de matérias relacionadas com o consumo e dos direitos dos consumidores, usando, designadamente, os meios tecnológicos próprios numa sociedade de informação. 2. Incumbe ao*

Estado e às autarquias locais desenvolver ações e adotar medidas tendentes à formação e à educação do consumidor (...) **3.** Os programas de carácter educativo difundidos no serviço público de rádio e de televisão devem integrar os espaços destinados à educação e à formação do consumidor. **4.** Na formação do consumidor devem igualmente ser utilizados meios telemáticos, designadamente através de redes nacionais e mundiais de informação, estimulando-se o recurso a tais meios pelo sector público privado e cooperativo.”

E estabelece, por fim, no seu art. 6º (**Função de informação em geral**) o seguinte: “**1.** Incumbe ao Estado desenvolver ações e adotar medidas tendentes à informação em geral do consumidor, designadamente através de: **a)** Apoio às ações de formação e informação promovidas pelas associações de consumidores; **b)** Criação de bases de dados e arquivos acessíveis, de âmbito nacional, no domínio do direito do consumo e direitos do consumidor, destinados a difundir informação geral e específica e de acesso livre. **2.** O serviço público, de rádio e de televisão deve reservar espaços, em termos que a lei definirá, para a promoção dos interesses e direitos do consumidor. **3.** A informação ao consumidor é prestada em língua portuguesa e cabo-verdiana. **4.** A publicidade deve ser lícita, inequivocamente identificada e respeitar a verdade e os direitos dos consumidores. **5.** As informações concretas e objetivas contidas nas mensagens publicitárias de determinado bem, serviço ou direito consideram-se integradas no conteúdo dos contratos que se venham, a celebrar após a sua emissão, tendo-se por não escritas as cláusulas contratuais em contrário. **6.** Incumbe às autarquias locais desenvolver ações e adotar medidas tendentes a informação em geral do consumidor, designadamente através de: **a)** Integração da função informação e formação do consumidor nos serviços municipais competentes; **b)** Adoção de mecanismos de acompanhamento, supervisão e controlo das medidas de defesa do consumidor; **c)** Criação de serviços municipais de informação

ao consumidor; **d)** *Constituição de conselhos municipais de consumo, com a representação, designadamente, de associações de interesses económicos e de interesse dos consumidores.*”

A Lei nº 24/96 prevê a matéria das incumbências do Estado no âmbito dos direitos à formação e à educação (**art. 6º**), do direito à informação em geral (**art. 7º**) e do dever geral de proteção (**art. 1º**).

Relativamente aos direitos dos consumidores, na Lei 88/V/98 existe um capítulo denominado “*Direitos do consumidor e deveres dos fornecedores*” que prevê, em 9 artigos, direitos de que dispõem os consumidores e obrigações a que estão sujeitos os operadores económicos. São os seguintes os direitos dos consumidores: art. 8º (**Direito à qualidade dos bens e serviços**); art. 9º (**Direito à proteção da saúde e da segurança física**); art. 10º (**Direito à formação e educação**); art. 11º (**Direito à informação e dever de informar**); art. 12º (**Dever de comunicação por parte das empresas de monopólio exclusivo**); art. 13º (**Direito à proteção dos interesses económicos**); art. 14º (**Direito a reparação de danos**); art. 15º (**Direito de participação por via representativa**); art. 16º (**Nulidade**)⁴⁹.

São as seguintes as obrigações dos operadores económicos: **art. 11º, nº 2** “*O fornecedor de bens ou prestador de serviços, deve, tanto nas negociações como na celebração de um contrato, informar clara, objetiva e adequadamente o consumidor nomeadamente, sobre características, composição e preço do bem ou serviço, bem como sobre o período de vigência do contrato, garantias, prazos de entrega e*

⁴⁹ Este artigo requer esclarecimento, por este motivo apresento a sua redação tal como se encontra na Lei 88/V/98: “1. Sem prejuízo do regime das cláusulas contratuais gerais, qualquer convenção ou disposição contratual que exclua ou restrinja os direitos atribuídos pela presente lei é nula. 2. A nulidade referida no número anterior apenas pode ser invocada pelo consumidor ou seus representantes. 3. O consumidor pode optar pela manutenção do contrato quando algumas das suas cláusulas forem nulas nos termos do nº1.”

assistência após a conclusão do negócio jurídico.” E nº 3 “A obrigação de informar impende também sobre o produtor, o fabricante, o importador, o distribuidor, o embalador e o armazenista, para que cada elo do ciclo produção-consumo possa encontrar-se habilitado a cumprir a sua obrigação de informar o elo imediato até ao consumidor, destinatário final da informação.”

No seu **art. 13º, nº 2** também estão previstas algumas obrigações dos fornecedores, prevendo-se o seguinte: *“Com vista à prevenção de abusos resultantes de contratos pré- elaborados, o fornecedor de bens e prestador de serviços estão obrigados: a) À redação clara e precisa, em caracteres facilmente legíveis, das cláusulas contratuais gerais, incluindo as inseridas em contratos singulares; b) À não inclusão de cláusulas em contratos singulares que originem significativos desequilíbrios em detrimento do consumidor.”*

Os direitos dos consumidores em Portugal estão previstos nos arts. 4º a 15º da Lei nº 24/96, abrangendo as obrigações dos operadores económicos (previstas nos arts. 8º, 9º, nº 6, 9º-A a 9º-D). Os direitos dos consumidores previstos na Lei Cabo-verdiana são os mesmos que os estabelecidos na Lei nº 24/96, com a particularidade de, nesta, se encontrarem listadas no texto de um artigo em separado (o art. 3º) que prevê o seguinte: **“O consumidor tem direito: a) À qualidade dos bens e serviços; b) À proteção da saúde e da segurança física; c) À formação e à educação para o consumo; d) À informação para o consumo; e) À proteção dos interesses económicos; f) À prevenção e à reparação dos danos patrimoniais ou não patrimoniais que resultem da ofensa de interesses ou direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos; g) À proteção jurídica e a uma justiça acessível e pronta; e h) À participação, por via representativa, na definição legal ou administrativa dos seus direitos e interesses.”**

Relativamente às instituições de promoção e tutela dos direitos do consumidor, estão previstas no Capítulo III da Lei 88/V/98 e no Capítulo

IV da Lei nº 24/96. Enquanto na primeira as associações de consumidores podem ser de âmbito nacional, regional ou local e ter, pelo menos, 200, 100 ou 50 associados, na segunda as associações de consumidores também podem ser de âmbito nacional, regional ou local, mas podem ter pelo menos, 3000, 500 ou 100 associados.

O conceito de associações de consumidores é o mesmo em ambas as leis: *“...são associações dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com o objetivo principal de proteger os direitos e os interesses dos consumidores em geral ou dos consumidores seus associados.”*

Relativamente às entidades que trabalham para a proteção dos consumidores, não existe ainda em Cabo Verde uma entidade pública da natureza da Direção-Geral do Consumidor, apenas existindo as Associações de Consumidores e a ADECO⁵⁰ - Associação para a Defesa do Consumidor. Deste modo a Lei 88/V/98 apenas estabelece o regime das Associações dos consumidores. Existe, no entanto, o art. 21º que fala sobre a ideia da criação de um Conselho Nacional do Consumo e que prevê o seguinte: *“O Governo providenciará a criação do Conselho Nacional do Consumo que será um órgão de consulta e ação pedagógica e preventiva, exercendo a sua ação em todas as matérias relacionadas com o interesse dos consumidores e de coordenação e execução das*

⁵⁰ É uma associação particular de intervenção cívica e de solidariedade social na defesa dos consumidores, que promove a cidadania, o desenvolvimento sustentado e a preservação do ambiente, não tem fins lucrativos, não prossegue fins políticos ou religiosos e é de interesse genérico. A ADECO foi constituída em 1998 como Associação Regional, com sede em São Vicente e foi reconhecida como pessoa jurídica pelo Ministério da Justiça pelo despacho de 31 de Março de 1999, publicado no Boletim Oficial de República de Cabo Verde nº 12, I série, de 19 de Abril de 1999. Em Dezembro de 2004 foi transformada em uma Associação de âmbito Nacional e no ano de 2007 passou a ser uma Associação de âmbito Internacional, onde se tornou sócio da **Consumers Internacional, escritórios da África – CIROAF** - e nesse mesmo ano foram criadas delegações na diáspora nomeadamente, Portugal, E.U.A e França.

medidas tendentes à proteção, informação e apoio aos consumidores e suas organizações.”

Enquanto isso, na Lei nº 24/96, para além do regime das Associações de consumidores, prevê-se também o regime do Conselho Nacional do Consumo, no art. 22º, que já existe em Portugal, e o regime da Direção Geral do Consumidor. O art. 21º da presente lei define a DGC como um serviço público destinado a promover a política de salvaguarda dos direitos dos consumidores, bem como a coordenar e executar as medidas tendentes à sua proteção, informação e educação e de apoio às organizações de consumidores. O nº 2 do referido artigo estabelece o seguinte: *“Para a prossecução das suas atribuições, a Direção-Geral é considerada **autoridade pública**...”*.

A Lei nº 24/96 prevê ainda a legitimidade ativa dos consumidores, das Associações de consumidores, do Ministério Público e da DGC (dependendo dos interesses que estão em causa), o que não acontece na Lei 88/V/98. Isto só demonstra a juventude da matéria da proteção dos consumidores, especialmente da segurança dos consumidores, em Cabo-Verde.

Outra questão que ainda não é tratada em Cabo Verde é a da criação de meios extrajudiciais de resolução de litígios de consumo. O art. 14º da Lei nº 24/96 prevê o direito à proteção jurídica e o direito a uma justiça acessível e pronta, estabelecendo o seguinte: *“Incumbe aos órgãos e departamentos da Administração Pública promover a criação e apoiar centros de arbitragem com o objetivo de dirimir os conflitos de consumo.”*

Resumindo esta breve análise comparativa devo dizer que, tal como no Direito Português, os direitos dos consumidores na CRCV estão previstos no título respeitante aos Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais.

São óbvios os caminhos que devem ser seguidos para que se possa alcançar um nível mais elevado de segurança para os

consumidores e uma forma mais célere de justiça para as situações que, de uma certa forma, dispensam demoras e burocracias.

Por fim, como se pode ver, a ADECO que funciona em Cabo Verde, corresponde à DECO, que atua em Portugal, e é a única entidade cuja missão mais se aproxima da levada a cabo pela DGC.

6. CONCLUSÃO

A realização deste estágio constitui mais um pilar para a minha formação a nível profissional por abrir mais uma porta nas escolhas que poderei fazer no futuro como trabalhadora, tendo adquirido conhecimentos em áreas que nunca tinha pensado em seguir, dentro do Direito do Consumo. E a nível pessoal por me permitir estar mais consciente da minha vulnerabilidade enquanto consumidora nas relações quotidianas de consumo que estabeleço com os vendedores e os prestadores de serviços.

Fala-se muito em produtos defeituosos e queixas feitas pelos destinatários dos mesmos, mas não se dá a conhecer muitas vezes aos consumidores as possibilidades que têm de se defender e as entidades que trabalham todos os dias para garantir a efetividade das normas que regulam as relações de consumo e que foram criadas para proteger os direitos dos consumidores.

O meu interesse na realização deste estágio surgiu quando tive conhecimento que a área da segurança dos consumidores é de tal forma não trazida à tona que nunca tinha sido tratada em particular por um aluno, seja para a realização de um trabalho escolar ou como tema de uma dissertação. Desta forma, abriu-se uma brecha para que eu pudesse tratar da presente matéria, tendo sido sempre tratada como matéria acessória a outras matérias do Direito do Consumo, que estão mais relacionadas com a natureza (contratual) das relações de consumo em si e não com os perigos apresentados pelos objetos destas relações.

Para além de dar relevo à matéria da segurança dos consumidores e da existência de riscos não óbvios de todo, que por vezes apenas se tornam visíveis após a realização de análises como as referidas neste trabalho, também quis obter conhecimentos sobre as normas aplicadas nesta área e a harmonização que existe entre o Direito Nacional e o

Direito Comunitário na prossecução da proteção dos consumidores contra produtos perigosos que circulam no Mercado Europeu, dando relevância aos princípios universais que garantem a segurança dos consumidores e padrões de segurança elevados mas alcançáveis.

Estagiar na DGC permitiu-me estar em contato com as ações levadas a cabo por entidades cuja missão é evitar lesões aos direitos dos consumidores, realizando atividades informativas que tornam acessíveis aos mesmos as formas de prevenção e de reparação de situações de risco criadas por produtos perigosos que circulam nos mercados. Para além de reparar as situações de risco já criadas, as entidades de defesa dos consumidores e as autoridades de controlo dos mercados também fornecem aos consumidores meios de prevenção, por via de informações sobre produtos e serviços com que poderão entrar em contato.

A conclusão reflexiva que tiro de tudo o que li e escrevi é que, para além de evitar o contacto dos consumidores com produtos e serviços potencialmente perigosos, a DGC e as restantes entidades responsáveis pela segurança dos consumidores dão efetividade aos diplomas criados para tal efeito e criam um sentido de responsabilidade da parte dos operadores económicos de, como responsáveis pela colocação nos mercados dos referidos produtos e serviços, advertir os consumidores da existência de riscos, sempre que dos mesmos tenham conhecimento.

Deste modo, e após o esclarecimento de todas as partes da relação de consumo e dos papéis que exercem para o bom funcionamento do mercado, é possível identificar-se os direitos e deveres das mesmas e da categoria a que cada um pertence. Os consumidores, que são os que para o tema interessam, são os destinatários dos bens e serviços de consumo e constituem a parte mais vulnerável de uma relação de consumo, pelo que cabe às entidades referidas e aos operadores económicos cumprir os deveres impostos na lei e garantir a segurança nos mercados.

Para terminar, apresentei algumas informações sobre a situação da segurança dos consumidores em Cabo Verde que, sendo uma matéria que se encontra ainda numa fase muito inicial, poderá vir a ter avanços consideráveis se passar a fazer parte do núcleo das transformações visadas pelo país, uma vez que o consumo é uma realidade presente em todos os países, e os riscos a que os consumidores estão sujeitos aumentam a cada dia, com a massificação das atividades comerciais.

Estou confiante de que, tal como Portugal conseguiu introduzir regras internacionais e mais abrangentes ao seu Direito do Consumo, um dia, e com muito esforço dos que trabalham para a defesa dos consumidores, se atinja em Cabo Verde o nível de consciência pretendido dos consumidores relativamente aos seus direitos e aos perigos existentes nas relações quotidianas de consumo. E que, também, venham a existir entidades que, como a DGC, informam, previnem e protegem os consumidores contra práticas comerciais desonestas e garantem, ao mais elevado nível, a defesa dos seus direitos à saúde e segurança.

BIBLIOGRAFIA

Direção-Geral do Consumidor, “*Brochura dos 30 anos da Primeira Lei de Defesa do Consumidor*”, Edição Direção-Geral do Consumidor, 2012.

Direção-Geral do Consumidor, Plano de Ação 2012/2013, “*Segurança de Produtos e Serviços de Consumo*”.

Legislação Utilizada:

Nacional:

Constituição da República Portuguesa, Coimbra, Editora Almedina, 2012.

Decreto-Lei nº 150/90, de 10 de maio – Aprova as normas impeditivas do fabrico, importação, exportação ou comercialização de produtos vulgarmente conhecidos por imitações perigosas.

Decreto-Lei nº 229/2003, de 27 de setembro – Transpõe a Diretiva sobre as definições e as regras comuns respeitantes à composição, às características de fabrico, ao condicionamento e à rotulagem dos produtos de cacau e de chocolate.

Decreto-Lei nº 69/2005, de 17 de março - Segurança Geral de Serviços e Bens de Consumo.

Decreto-Lei nº 126-C/2011, de 29 de dezembro - Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego.

Decreto-Lei nº 194/2012, de 23 de agosto - Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

Decreto Regulamentar nº 38/2012, de 10 de abril – Orgânica da Direção Geral do Consumidor.

Lei nº 8/90, de 20 de fevereiro – Lei de Bases da Contabilidade Pública.

Lei nº 24/96, de 31 de julho – Lei de Defesa do Consumidor.

Internacional:

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Constituição da República de Cabo-Verde – Lei Constitucional nº 1/V/99, de 23 de novembro.

Diretiva 87/357/CEE, de 25 de julho – Do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos produtos que, não possuindo a aparência do que são, comprometem a saúde ou a segurança dos consumidores.

Diretiva 2001/95/CE, de 3 de dezembro – Do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à Segurança Geral dos Produtos.

Diretiva 2004/96/CE, de 27 de setembro – Do Conselho sobre a limitação da colocação no mercado e da utilização de níquel nos conjuntos de pírcingue.

Diretiva 2009/48/CE, de 18 de junho – Do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos.

Regulamento 765/2008, de 9 de julho – Do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos.

Lei 88/V/98, de 31 de dezembro – Assembleia Nacional da República de Cabo-Verde, que aprova o regime jurídico de proteção e defesa dos consumidores.

Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia.

Sítios na Internet:

ADECO de Cabo Verde:

<https://adecocv.wordpress.com/about/>

Assembleia da Republica:

<http://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>

Associação dos Consumidores:

<http://acop.planetaclix.pt/>

Centro Europeu do Consumidor:

<http://cec.consumidor.pt/pagina-de-entrada/destaques-esquerda/defesa-do-consumidor-na-ue/defesa-do-consumidor.aspx#defesa>

Comissão Europeia (comunicado de imprensa):

http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-491_pt.htm

Comissão Europeia (consumidores):

http://ec.europa.eu/consumers/consumers_safety/safety_products/rapex/index_en.htm

Direção Geral do Consumidor:

<http://www.consumidor.pt>

Direção Geral do Consumidor (sobre os centros de arbitragem):

<http://www.consumidor.pt/?cn=59575964AAAAAAAAAAAAAAAAAAAA>

Enterprise Europe Network:

<http://www.enterpriseeuropenetwork.pt/info/mercadounico/Paginas/marcacaoce.aspx>

Instituto Português de Qualidade:

<http://www1.ipq.pt/pt/assuntoseuropeus/marcacaoce/Pages/MarcacaoCE.aspx>

JANUS 2010 Anuário de Relações Exteriores:

http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_1_14.pdf

Parlamento Europeu:

http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.5.1.html

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa:

<http://www.pgdlisboa.pt/home.php>

ANEXOS

ANEXO I

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo n.º XX/ DGC / 2015

Vestuário para **criança** – Camisola X

Projeto de DECISÃO

PRODUTO		
	Categoria de produtos	Vestuário.
	Denominação do produto	Camisola com capuz.
	Código e lote	-
	Marca	-
5.	Características do produto / da categoria de produtos	Camisola cor-de-rosa com estampado nas cores vermelho e preto - X, possuindo capuz com cordão deslizante e nós nas extremidades.
6.	Público a que se destina	Destina-se a crianças de 4 anos.
Fotografia do produto		
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, relativo à segurança geral dos produtos, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril; Regulamento (UE) n.º 1007/2011 do Parlamento

		Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2011, relativo às denominações das fibras têxteis e à correspondente etiquetagem e marcação da composição em fibras dos produtos têxteis.
8.	Regulamento aplicável ao produto	Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (<i>REACH</i>).
OPERADORES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante/importador	Origem: X. Fabricante: X. Importador: X.
10.	Identificação do distribuidor	X.
11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: X.
DILIGÊNCIAS EFETUADAS		
12.	Ensaio Laboratoriais e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta decisão), o produto foi submetido pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE) aos seguintes ensaios:</p> <p><u>ANÁLISE QUANTITATIVA</u>, de acordo com o Regulamento (UE) n.º 1007/2011.</p> <p>O CITEVE remeteu o relatório de ensaios nº. XXX, onde conclui que no que respeita à etiquetagem de composição em fibras <u>o produto não está conforme com o artigo 5º do Regulamento, porquanto a etiquetagem de composição em fibras indicada no</u></p>

	<p><u>produto</u> (100% algodão) <u>é diferente da encontrada na análise</u> (50,4% algodão e 49,6% poliéster).</p> <p><u>ENSAIOS FÍSICOS</u>, de acordo com a norma EN 14682:2007 – Segurança do vestuário para criança. Cordões fixos e deslizantes no vestuário para criança. Especificações (NP EN 14682:2008).</p> <p>O citado relatório de ensaios refere que <u>o produto não está conforme, porquanto possui um cordão deslizante no capuz com nós nas extremidades</u>. De acordo com o ponto 3.2.1., as peças de vestuário destinadas a crianças pequenas não devem ter cordões deslizantes na área do capuz ou do pescoço.</p> <p><u>ENSAIOS QUÍMICOS</u>, de acordo com:</p> <p>o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH), Anexo XVII, Entrada 23 (Cádmio), Entrada 43 (Aminas aromáticas derivadas de corantes azo) e Entrada 51 e 52 (Ftalatos);</p> <p>as normas:</p> <ul style="list-style-type: none">- EN 1122:2001 - Plásticos - Determinação de cádmio - método de decomposição a húmido;- EN 14362-1:2012 – Têxteis - Métodos de determinação de certas aminas aromáticas derivadas de corantes azoicos - Parte 1: Detecção do uso de certos corantes azoicos acessíveis com e sem extração das fibras;- CPSC-CH-C1001-09.3:2010 - Procedimento normalizado para determinação de ftalatos;- CPSC-CH-E1002-08.3 - Procedimento
--	---

		<p>normalizado para determinação de chumbo total em artigo não metálicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISO 3071:2005 - Têxteis; Determinação do pH do extrato aquoso - (NP EN ISO 3071:2007); - EN ISO 14184-1:2011 - Têxteis; Determinação de formaldeído; Parte 1: Formaldeído livre e hidrolisável. (NP EN ISO 14184 -1:2012). <p>O boletim de ensaios refere que <u>o produto não está conforme com o previsto na Entrada 52 (Ftalatos), do Anexo XVII do</u> Regulamento REACH, porquanto a camisola apresenta um valor de 2,1% para o ftalato de di-isononilo (DINP). O produto estaria não conforme se o mesmo se destinasse a ser colocado na boca. O valor limite é de 0,1%.</p> <p>O relatório de ensaios refere, ainda, que o produto está conforme com o previsto nas entradas 23 (Cádmio) e 43 (aminas aromáticas derivadas de corantes azo), do Anexo XVII do Regulamento REACH.</p> <p>No que respeita ao chumbo verificou-se que o produto está conforme com a lei dos Estados Unidos da América - <i>The Consumer Product Safety Improvement Act</i> (CPSIA) - para crianças até 14 anos de idade.</p> <p>Relativamente ao pH, o produto está de acordo com os limites habitualmente aceites pela maioria dos cadernos de encargos (4,0 - 7,5).</p> <p>Quanto ao formaldeído, verificou-se que o produto está de acordo com os limites habitualmente aceites pela maioria dos cadernos de encargos (< 16 mg/kg).</p>
13.	Medidas já adotadas	-
14.	Não conformidades	As referidas no ponto 12. da presente decisão.
15.	Riscos	<p>Com base no relatório de ensaios elaborado pelo CITEVE, conclui-se que o produto apresenta:</p> <p>Risco químico – porquanto se detetou um valor de</p>

		<p>2,1% para o ftalato de di-isononilo (DINP).</p> <p>De acordo com o Regulamento <i>REACH</i>, este ftalato não pode ser utilizado, como substância ou componente de preparações, em concentrações superiores a 0,1 % em massa de material plastificado, em brinquedos e artigos de puericultura que as crianças possam pôr na boca.</p> <p>Existem indícios de que a exposição a ftalatos pode causar lesões nos rins, fígado, distúrbios de desenvolvimento dos órgãos reprodutivos e alergias.</p> <p>Apesar de não se inserir nas categorias acima referidas (brinquedos e artigos de puericultura) o produto destina-se a crianças e, como tal, é por elas manipulado, tornando-o suscetível de causar o mesmo tipo de lesões;</p> <p>Risco físico – porquanto possui um cordão deslizando no capuz com nós nas extremidades, apresentando riscos para as crianças que o utilizam, nomeadamente de estrangulamento por entrelaçamento dos cordões em equipamento de jogo e recreio, bicicleta, portas e peças de mobiliário, entre outros.</p> <p>Para além disso, a etiquetagem de composição em fibras indicada no produto é diferente da encontrada na análise, sendo suscetível de induzir os consumidores em erro.</p>
16.	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
OUTRAS INFORMAÇÕES		
17.	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta decisão, a Direção-Geral do Consumidor procedeu à aquisição do produto.

18.	Avaliação de risco	<p>Da sua realização, conclui-se que o produto apresenta:</p> <ul style="list-style-type: none">- Risco químico, porque: se detetou um valor de 2,1% para o ftalato de diisononilo (DINP). De acordo com o Regulamento <i>REACH</i>, este ftalato não pode ser utilizado, como substância ou componente de preparações, em concentrações superiores a 0,1 % em massa de material plastificado, em brinquedos e artigos de puericultura que as crianças possam pôr na boca; existem indícios de que a exposição a ftalatos pode causar lesões nos rins, fígado, distúrbios de desenvolvimento dos órgãos reprodutivos e alergias. Apesar de não se inserir nas categorias acima referidas (brinquedos e artigos de puericultura), o produto destina-se a crianças e, como tal, é por elas manipulado, tornando-o suscetível de causar o mesmo tipo de lesões; a utilização continuada do produto potencia a ocorrência de lesões; o risco está sempre presente e decorre do uso normal e previsível do produto; os efeitos adversos que poderão ocorrer da utilização do produto são de gravidade elevada; a probabilidade de ocorrência desses efeitos é moderada; o produto destina-se a crianças, que são consumidoras vulneráveis.- Risco físico, porque: o produto não está conforme, porquanto possui um cordão deslizante no capuz com nós nas extremidades; a probabilidade de os cordões se entrelaçarem em equipamento de jogo e recreio, bicicleta, portas e peças de mobiliário, entre outros, e de apresentarem riscos para as crianças utilizadoras nomeadamente de estrangulamento, é alta; o risco está sempre presente e decorre do uso normal
-----	--------------------	---

		<p>e previsível do produto;</p> <p>as lesões que poderão ocorrer são de gravidade elevada;</p> <p>a probabilidade de ocorrência de lesão é moderada;</p> <p>o produto é destinado a crianças, que são consumidoras vulneráveis;</p> <p>Conjugando todos estes fatores, obtém-se a classificação de “risco grave”.</p>
19.	Observações complementares	A Direção-Geral do Consumidor está a levar a cabo uma ação de vigilância de mercado sobre “Vestuário para criança”.
DECISÃO		
20.		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores, a Direção-Geral do Consumidor decide:</p> <p>Considerar perigoso o produto em apreço, por apresentar risco químico e risco físico para as crianças utilizadoras, nos termos da alínea k) do artigo 1º e alínea d) do artigo 4º, ambos do Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril;</p> <p>Comunicar o teor da presente decisão à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 1 do artigo 28º do Decreto-</p>

		<p>Lei n.º 69/2005, de 17 de março;</p> <p>Dar conhecimento do teor desta decisão à Autoridade Tributária e Aduaneira;</p> <p>Efetuar a notificação junto da Comissão Europeia no âmbito do Sistema Comunitário de Troca Rápida de Informações (RAPEX), nos termos e para os efeitos do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março;</p> <p>Tornar pública a presente decisão, no Portal do Consumidor, em www.consumidor.pt</p>
21.	Data	XX

ANEXO II

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo n.º 15 / DGC / 2014

Sapatos para **homem** “FUTEX”

DECISÃO

PRODUTO		
1.	Categoria de produtos	Calçado.
2.	Denominação do produto	Sapatilhas de cor cinza/marinho para homem. Ref. ^a XX
3.	Código e lote	XX
4.	Marca	X

5.	Características do produto / da categoria de produtos	Sapatilhas de cor cinza/marinho para homem.
6.	Público a que se destina	Destinam-se a homens.
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.
8.	Regulamentos/ Normas aplicáveis ao produto	Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (<i>REACH</i>); Norma ISO TR 16178: 2012 – Calçado - Substâncias críticas potencialmente presentes no calçado e seus componentes.
AGENTES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante	Não identificado.
10.	Identificação do distribuidor	Não identificado.
11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: XX
DILIGÊNCIAS EFETUADAS		
12.	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com	No âmbito de uma ação de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta decisão), o produto foi submetido pelo Centro Tecnológico do Calçado de

indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>Portugal (CTCP) a:</p> <p><u>ENSAIOS QUÍMICOS</u>, de acordo com o:</p> <ul style="list-style-type: none">- Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH), Anexo XVII, Pontos 16 e 17 (Chumbo), Apêndice 2 (Crómio VI) e Pontos 51 e 52 (Ftalatos); <p>e com as normas:</p> <ul style="list-style-type: none">- ISO TR 16178: 2012 – Calçado - Substâncias críticas potencialmente presentes no calçado e seus componentes;- ISO 17072: 2011 - Pele - Determinação química do teor de metal - Parte 2: Teor total de metal;- ISO/TS 16181:2011- Calçado - Substâncias potencialmente críticas presentes no calçado e em componentes de calçado - Determinação de ftalatos em materiais de calçado;- EN ISO 17075: 2007 - Determinação do crómio VI. <p>O CTCP remeteu o boletim de ensaios nº. 5098/2013, de 9 de dezembro de 2013, onde conclui que <u>o produto em apreço cumpre o previsto nos Pontos 16 e 17 (Chumbo), Apêndice 2 (Crómio VI) e Pontos 51 e 52 (Ftalatos), do Anexo XVII, do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH).</u></p> <p><u>ENSAIOS FÍSICOS</u>, de acordo com as normas:</p> <ul style="list-style-type: none">- EN ISO 20871:2001 - Determinação da resistência à abrasão;- EN ISO 17700:2005 Resistência à fricção e solidez;- ISO 2781:2008 – Determinação da densidade.
---	--

		<p>No boletim de ensaios do CTCP é referido que o produto em apreço não cumpre os requisitos de resistência à abrasão, uma vez que se verificou uma perda relativa de volume de 533 (+/- 26) mm³, valor que excede o máximo previsto na norma (máximo 200 mm³).</p> <p>Nos ensaios de <u>resistência à fricção e solidez da cor o produto não registou não conformidades</u>.</p>
13.	Medidas já adotadas	-
14.	Não conformidades	A referida no ponto 12. da presente decisão.
15.	Riscos	Com base no relatório de ensaios elaborado pelo CTCP conclui-se que o produto apresenta risco físico, porquanto não cumpre os requisitos de resistência à abrasão, tendo-se registado uma perda relativa de volume que origina a deterioração da sola, sendo tal facto suscetível de apresentar desconforto e/ou ferimentos para os seus utilizadores, provocados por pedras e irregularidades do piso, entre outros.
16.	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
OUTRAS INFORMAÇÕES		
17.	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta decisão, a Direção-Geral do Consumidor procedeu à aquisição do produto.
18.	Avaliação de risco	<p>Da sua realização, conclui-se que o produto apresenta risco físico. Este risco deve ser considerado baixo, porque:</p> <p>O produto não cumpre os requisitos de resistência à abrasão, uma vez que se verificou uma perda relativa de volume de 533 (+/- 26) mm³, valor que excede o máximo previsto na norma (máximo 200 mm³).</p> <p>Essa perda de volume origina a deterioração da sola,</p>

		<p>sendo tal facto suscetível de apresentar desconforto e/ou ferimentos para os seus utilizadores, provocados por pedras e irregularidades do piso, entre outros;</p> <p>Os efeitos adversos que poderão ocorrer da utilização do produto são de gravidade reduzida;</p> <p>A probabilidade de ocorrência desses efeitos é baixa;</p> <p>O risco está sempre presente e decorre do uso normal e previsível do produto.</p> <p>Conjugando todos estes fatores, obtém-se a classificação de “risco baixo”, justificando-se a adoção de medidas minimizadoras dos riscos, devendo o operador económico diligenciar, junto do fabricante, no sentido de serem adotadas as medidas destinadas a corrigir a não conformidade detetada.</p>
19.	<p>Observações complementares/ Audiência de interessados</p>	<p>A Direção-Geral do Consumidor está a levar a cabo uma ação de mercado sobre “Calçado”.</p> <p>Foi efetuada a audiência de interessados, nos termos dos n.ºs. 1 dos artigos 100º e 101º, ambos do Código de Procedimento Administrativo, no entanto, o operador económico - Calçado Guimarães, M. Neves & B. Neves, Lda. - não respondeu.</p>
DECISÃO		
20.		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores, a Direção-Geral do Consumidor decide:</p> <p>Recomendar, ao abrigo da alínea k) do artigo 1º e alínea d) do artigo 4º, ambos do Decreto Regulamentar</p>

		<p>n.º 38/2012, de 10 de abril, ao operador económico – “Calçado Guimarães, M. Neves & B. Neves, Lda.”, Rua João das Regras, 4 H e 4 I, 1100-294 Lisboa, que evite comercializar o produto nas condições atuais e que diligencie, junto do fabricante, no sentido de serem adotadas as medidas destinadas a corrigir a não conformidade detetada;</p> <p>Comunicar o teor da presente decisão à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março;</p> <p>Tornar pública a presente decisão.</p>
21.	Data	21 de abril de 2014

ANEXO III

DIREÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR

Processo n.º X / DGC / 2014

Sapatos para **senhora** “XX”

DECISÃO

PRODUTO		
	Categoria de produtos	Calçado.
	Denominação do produto	Sapatos pretos para senhora.
	Código e lote	XX.

A Segurança dos Consumidores:
A Proteção Contra Serviços e Bens de Consumo “Perigosos”

	Marca	XX.
5.	Características do produto / da categoria de produtos	Sapatos pretos para senhora.
6.	Público a que se destina	Destina-se a senhoras.
ENQUADRAMENTO LEGAL OU NORMATIVO		
7.	Legislação relevante	Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril.
8.	Regulamentos/ Normas aplicáveis ao produto	Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (<i>REACH</i>); Norma ISO TR 16178: 2012 – Calçado - Substâncias críticas potencialmente presentes no calçado e seus componentes.
AGENTES ECONÓMICOS		
9.	Origem/ Identificação do fabricante	XX.
10.	Identificação do distribuidor	XX.
11.	Forma de comercialização/ canal de distribuição	Venda a retalho. Retalhista identificado: XX.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

12.	Exames ou perícias e pareceres efetuados, com indicação da entidade responsável e respetivas conclusões	<p>No âmbito de uma ação de vigilância de mercado (referida no ponto 19. desta decisão), o produto foi submetido pelo Centro Tecnológico do Calçado de Portugal (CTCP) a:</p> <p><u>ENSAIOS QUÍMICOS</u>, de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none">- o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH), Anexo XVII, Pontos 16 e 17 (Chumbo);- a norma ISO TR 16178: 2012 – Calçado - Substâncias críticas potencialmente presentes no calçado e seus componentes;- a norma ISO 17072: 2011 - Pele - Determinação química do teor de metal - Parte 2: Teor total de metal. <p>O CTCP remeteu o boletim de ensaios nº. XX, onde conclui que o produto em apreço não cumpre o previsto nos Pontos 16 e 17 (Chumbo), do Anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (REACH), atendendo a que foi detetada, na palmilha do sapato, um teor total em chumbo de 1868 (+/- 109) mg/Kg.</p> <p><u>De acordo com o Regulamento REACH o chumbo não pode ser colocado no mercado nem utilizado como substância ou em misturas destinadas a ser utilizadas como tintas.</u></p> <p>Foi também ensaiada a presença de chumbo na parte exterior do sapato, calcanheira e sola, não tendo sido detetadas não conformidades.</p> <p><u>ENSAIOS FÍSICOS</u>, de acordo com as normas:</p> <ul style="list-style-type: none">- EN 13287: 2006 - Resistência ao deslizamento;- EN ISO 17708:2003 - Determinação da resistência à adesão. <p>No boletim de ensaios do CTCP é referido que o</p>
-----	---	---

		<p>produto em apreço não cumpre os requisitos relativos à resistência ao deslizamento em piso de cerâmica com água - deslizamento no plano (o produto apresentou um valor de 0,23 que é inferior ao mínimo estabelecido na norma, que é de 0,30).</p> <p>Quanto ao <u>deslizamento no salto, o produto não apresentou não conformidades.</u></p> <p>No boletim de ensaios é, ainda, referido que <u>o produto cumpre os requisitos relativos à força de adesão – adesão da sola/corte.</u></p>
13.	Medidas já adotadas	-
14.	Não conformidades	As referidas no ponto 12. da presente decisão.
15.	Riscos	<p>Com base no relatório de ensaios elaborado pelo CTCP e atendendo a que a palmilha do sapato apresenta um teor total em chumbo muito elevado, conclui-se que o produto apresenta risco químico podendo provocar efeitos adversos à saúde das utilizadoras, devido à sua toxicidade. O chumbo não pode ser colocado no mercado nem utilizado como substância ou em misturas destinadas a ser utilizadas como tintas.</p> <p>O chumbo pode migrar para a pele das utilizadoras, por contacto direto especialmente se não forem usadas meias, sendo o seu efeito cumulativo no organismo suscetível de originar distúrbios renais, neurológicos, hematológicos, entre outros.</p> <p>O produto apresenta, ainda, não conformidade no que respeita à resistência ao deslizamento em piso de cerâmica com água - deslizamento no plano, sendo por isso suscetível de apresentar riscos de escorregamento/queda para as suas utilizadoras.</p>
16.	Acidentes ou incidentes registados	Não se tem conhecimento.
OUTRAS INFORMAÇÕES		

17.	Entidade que suscitou a questão da perigosidade	No âmbito da ação de vigilância de mercado, referida no ponto 19. desta decisão, a Direção-Geral do Consumidor procedeu à aquisição do produto.
18.	Avaliação de risco	<p>Da sua realização, conclui-se que o produto apresenta risco químico. Este risco deve ser considerado grave, porque:</p> <p>O produto apresenta, na palmilha, um teor total em chumbo muito elevado;</p> <p>O chumbo não pode ser colocado no mercado nem utilizado como substância ou em misturas destinadas a ser utilizadas como tintas;</p> <p>O chumbo é tóxico;</p> <p>O chumbo pode migrar para a pele das utilizadoras em especial se não forem usadas meias;</p> <p>O chumbo tem efeitos cumulativos no organismo, podendo provocar distúrbios renais, neurológicos, hematológicos, entre outros;</p> <p>A utilização continuada do produto potencia a ocorrência de lesões;</p> <p>O risco está sempre presente e decorre do uso normal e previsível do produto;</p> <p>Os efeitos adversos que poderão ocorrer da utilização do produto são de gravidade elevada;</p> <p>A probabilidade de ocorrência desses efeitos é elevada, atendendo a que o perigo não é óbvio.</p> <p>Para além disso, o produto apresenta também risco físico porquanto é suscetível de provocar escorregamento/queda às suas utilizadoras;</p> <p>Conjugando todos estes fatores, obtém-se a classificação de “risco grave”.</p>
19.	Observações complementares/ Audiência de interessados	<p>A Direção-Geral do Consumidor está a levar a cabo uma ação de mercado sobre “Calçado”.</p> <p>No âmbito da audiência de interessados, nos termos dos n.ºs 1 dos artigos 100º e 101º, ambos do Código</p>

		<p>de Procedimento Administrativo, o operador económico - XX - veio informar, em XX, que adquiriu o produto “(...) <i>nos armazéns de revenda, deduzimos que o produto esteja em condições para ser colocado em exposição e venda ao público</i>”.</p> <p>Analizada a resposta no âmbito da audiência de interessados, a Direção-Geral do Consumidor considera que o operador económico não alega qualquer facticidade nova que coloque em causa a matéria de facto e de direito em que assenta a presente Decisão, justificando-se, assim, a emissão da mesma.</p>
DECISÃO		
20.		<p>Tendo em conta os pontos acima mencionados e, porque cumpre salvaguardar a saúde e a segurança dos consumidores, permitindo apenas que circulem no mercado produtos seguros, ou seja, produtos que, em condições de uso normal ou razoavelmente previsível, não apresentem quaisquer riscos ou apresentem apenas riscos reduzidos, compatíveis com a sua utilização e considerados aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e segurança dos consumidores, a Direção-Geral do Consumidor decide:</p> <p>Considerar perigoso o produto em apreço, por apresentar riscos químicos e físicos para as suas utilizadoras, nos termos da alínea k) do artigo 1º e alínea d) do artigo 4º, ambos do Decreto Regulamentar n.º 38/2012, de 10 de abril;</p> <p>Comunicar o teor da presente decisão à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma dos Açores e à Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março;</p> <p>Dar conhecimento do teor desta decisão à Autoridade</p>

A Segurança dos Consumidores:
A Proteção Contra Serviços e Bens de Consumo “Perigosos”

		<p>Tributária e Aduaneira;</p> <p>Efetuar a notificação junto da Comissão Europeia no âmbito do Sistema Comunitário de Troca Rápida de Informações (RAPEX), nos termos e para os efeitos do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março;</p> <p>Tornar pública a presente decisão.</p>
21.	Data	XX.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	7
2. Apresentação da entidade acolhedora.....	10
2.1. Breve enquadramento histórico da Direção Geral do Consumidor (DGC)	10
2.2. Enquadramento político-jurídico da DGC.....	13
2.3. A contribuição da DGC para os progressos alcançados na matéria da defesa dos consumidores.....	17
3. A segurança de serviços e bens de consumo.....	19
3.1. A matéria da segurança dos serviços e bens de consumo no direito português e na Comunidade Europeia	20
3.2. Breves esclarecimentos sobre o Sistema RAPEX	30
3.2.1. A criação da brochura do Sistema RAPEX como atividade do estágio	33
3.3. A Obrigação Geral de Segurança: noção e regulação.....	40
3.4. As imitações perigosas e os consumidores mais vulneráveis	44
3.4.1. O estudo de uma decisão da DGC sobre imitações perigosas como atividade do estágio	46
4. A fiscalização dos mercados	53
4.1. O papel da DGC e das Autoridades de Controlo dos Mercados na garantia da segurança dos consumidores.....	54
4.2. A análise de ações de vigilância sobre calçado e vestuário para crianças, levadas a cabo pela DGC, como atividade do estágio	62
4.2.1. O desenvolvimento da ação de vigilância de mercado entre outubro de 2013 e maio de 2014 – calçado	63

4.2.2. O desenvolvimento da ação de vigilância de mercado entre outubro de 2014 e abril de 2015 – vestuário para criança	66
4.3. A criação da brochura sobre pírcingues como atividade do estágio	67
4.4. A criação da brochura da páscoa como atividade do estágio.....	70
5. Breve comparação das legislações de consumo de Cabo-Verde e Portugal (na área da segurança dos consumidores).....	73
6. CONCLUSÃO.....	82
BIBLIOGRAFIA.....	85
ANEXOS.....	89
ANEXO I	89
ANEXO II	96
ANEXO III	101